

A BATALHA

DIÁRIO DA MANHÃ
Redactor principal—ALEXANDRE VIEIRA
Propriedade da Confederação Geral do Trabalho
Editor—Carlos Maria Coelho



PORTA-VOZ DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA PORTUGUESA
ANO IV — Número 1.179
Redacção, Administração e Tipografia
Calçada do Combro, 38-A, 2.º Lisboa — PORTUGAL
Baldereço telegráfico: Tathaba—Lisboa—Telefones 5339-0
Officinas de impressão—Rua da Atalaia, 114 e 115

O III Congresso da Indústria da Construção Civil

**Foi aprovada a tese sobre «Organização do Trabalho» — Após aca-
lorada discussão resolveu-se manter os Conselhos Técnicos
FOI VOTADA A ADESAO À INTERNACIONAL DE BERLIM**

Tem decorrido duma maneira hon-
rosa para a organização operária, o
Congresso da Construção Civil. Nem
douta maneira era de esperar que de-
corresse, visto tratar-se duma classe
que possui uma tradição revolucioná-
ria e um grande treino sindical adqui-
rido em lutas asperas. Alguns dos seus
movimentos ficaram para sempre reco-
rdados na história do proletariado por-
tuguês, pela energia, espírito de sacri-
fício, teimosia heroica, revelados em
horas difíceis e sangrentas. Como é lé-
gico, os seus militantes tem sabido
manter e propagar os métodos de luta
do sindicalismo revolucionário. Por isso
as resoluções tomadas no Congresso
que se está realizando em Castelo Bran-
co, evidenciam bem o valor duma classe
que, através duma existência aciden-
tada, tem sabido ganhar, e tem sabido
momentaneamente perder, sem que o
destino a abale e a sua convicção
tivesse afrouxado.

Segunda sessão

CASTELO BRANCO, 27. — Abriu a
segunda sessão às 20,5 horas de ontem,
tomando lugar a mesa nomeada, com-
posta pelos camaradas João Miranda,
presidente, delegado do Sindicato de
Messinas; Gaudêncio Cardoso e Manuel
Viriato, secretários, respectivamente dos
Sindicatos de Coimbra e Viseu.

Antes da ordem foi apresentada uma
proposta para que a assembleia se man-
tenha em silêncio e em pé durante 2 mi-
nutos, como homenagem a prestar ao
camarada José Lopes, vítima do excesso
em prol dos trabalhadores. Foi aprova-
da, tendo tido a assembleia manifestado
a sua satisfação pelo prestioso camarada.

A tese «Organização Sindical do Trabalho»

Marcelino da Silva lê a tese «Organi-
zação Sindical do Trabalho». Depois de
lidos o preâmbulo da tese e o regu-
lamento do Conselho Técnico, é admitida.
Para se compreender a discussão,
destacamos do preâmbulo esta parte:
«Baseados no espírito de realização
que cumpre imprimir a todas as mani-
festações da vida proletária, por ela em
si ser o reflexo do modo de ser da ac-
tividade dos nossos organismos sindicais,
devem os conselhos técnicos contribuir
para facilitar quanto possível a vida dos
Sindicatos, na realização de trabalhos
que embora prescritos em todos os es-
tatutos básicos, ainda não foram postos
em prática por dificuldades financeiras.
Com este sistema podem realizar-se,
visto que os licos do trabalho que
têm ficado durante gerações, em poder
dos intermediários, com o sistema co-
manditário passam para os próprios
produtores por intermédio dos consel-
hos, e desta conformidade pode e deve
aplicar-se uma percentagem destinada
ao trabalho de estatística, que nenhum
dos nossos organismos possui montada,
apesar de todos reconhecermos que é a
sua falta a razão de toda a nossa im-
preparação para a vida de amanhã.
Sem o conhecimento exacto das dis-
ponibilidades com que contamos em ma-
teriais, e sem o conhecimento do nú-
mero de operários de cada profissão em
todo o país, bem como das necessidades
de habitação, etc., não podemos ter
confiança no futuro.
São trabalhos que precisam ser elabo-
rados para podermos conhecer de facto
a situação interna no que respeita à nossa
indústria.
E isto pode fazer-se sem afectar mais
os cofres sindicais, aplicando parte dos
salários pertencentes aos conselhos na
execução deste trabalho.
Os conselhos técnicos funcionam jun-
to dos sindicatos, e por essa razão a sua
acção é meramente local, sendo contro-
lados por uma comissão federal que
funcionará junto do conselho técnico de
Lisboa, e com ele procurará organizar
o trabalho de estatística em todo o país.
Convindo porém regularizar o fun-
cionamento dessa comissão no que diz
respeito à administração, ela será apoiada
pelos conselhos técnicos a todos os
sindicatos, contribuindo aqueles que es-
tejam ou venham a realizar quaisquer
trabalhos com 5% do saldo proveniente
desta execução.
Com a organização sindical do traba-
lho devemos procurar beneficiar quanto
possível as instituições que já temos
criadas e outras que por ventura o mo-
mento exija, não devendo esquecer as
bolsas de trabalho, as escolas e a pro-
paganda.
Assim temos pois encontrado o se-
guinte resultado na divisão de verbas
resultantes do saldo líquido do traba-
lho anual:

Lucros ao pessoal... 50%
Percentagem à Bolsa... 10%
Para a comissão de con-
trole e estatística... 5%
Para funcionamento de
escolas locais... 5%
Para propaganda local... 5%
Para fundos do con-
selho... 25%

Destes resultados nós com o saldo do
trabalho realizado facilitamos o desen-
volvimento da organização preparando
o futuro, fazendo logo com parte das
armas de que a burguesia dispõe.
Inácio Marques lamenta que nas per-
centagens a distribuir pelo Conselho
Técnico alterada a destinada ao pessoal
de 30 para 50 por cento, em prejuízo
da Bolsa de Trabalho e Solidariedade.

Concorda com a constituição dos con-
selhos técnicos, mas não com as per-
centagens que desenvolvem o egoísmo en-
tre as classes trabalhadoras, não aceitan-
do as exigências do pessoal quando
sejam descaídas, como tem acontecido
últimamente. Quem não quiser traba-
lhar por conta do Conselho que se vá
para outro lado.
Alberto Dias faz várias considerações
sobre o assunto em debate, lamentando
que os camaradas congressistas, não
tenham pedido a palavra para discutir
esse assunto que é do máximo interesse
para todos os organismos.
David de Sousa Ramos, do Sindicato
de Braga, concordando em princípio
com a tese em discussão, não concorda
contudo com a constituição do Conselho
Técnico por não ver viabilidade na
criação dos mesmos nas diversas locali-
dades do país, está demonstrado que os
mesmos não têm dado resultado e a
atesta-lo está o facto de em Famalicão
a constituição do Conselho Técnico ter
feito baquear o respectivo sindicato,
outro tanto sucedendo com o Sindicato
de Vila do Conde.

**Saudações entusiásticas à
C. G. T. e «A Batalha»**

O presidente comunica estar presente
o secretário geral da C. G. T., repre-
sentando aquele organismo no Con-
gresso.
Esta apresentação é recebida com
entusiasmo aos vivas à C. G. T. e «A
Batalha».

**Prossegue a discussão
da tese**

João Jorge defende ardorosamente a
existência dos Conselhos Técnicos na
indústria como uma forma de conquista-
rem os meios da produção, que lhe é
própria.
Carlos Coelho afirma que uma coisa
é o Conselho Técnico, outra coisa uma
Cooperativa. Nesta, os seus dirigentes,
em regra, relacionam-se por tal forma
que quando das Cooperativas saem,
tornam-se mestres. No Conselho Técnico
não acontece isso.

Albino dos Santos, do Sindicato do
Pórtico, regozija-se com a forma como
está redigida a tese. Procura refutar vá-
rios argumentos de oradores anteceden-
tes, acrescentando que o seu Sindicato
já tem possibilidade para, pelo menos
desse já, se poder constituir o Conselho
Técnico. Em Lisboa vingou porque foi
facilitado pelo próprio Estado com as
suas obras.
Alfredo Lopes diz que os Conselhos
Técnicos não se criaram unicamente para
satisfazer os desejos de momento;
mas para ir habilitando os operários
nos serviços de administração a fim de
no futuro poderem gerir a produção.
Não há paridade alguma entre os Con-
selhos Técnicos e as Cooperativas visto
que estas satisfazem só os fins egoístas
dos indivíduos enquanto que os Con-
selhos Técnicos darão o seu auxílio para
a obra de propaganda da própria orga-
nização. Se dos C. T. apenas saísse o
dividendo aos sócios éleno os aceitaria.
Cita factos demonstrativos de que do C.
T. de Lisboa têm saído auxílios para
presos, viúvas e orfãos, para a imprensa
e para que o próprio Sindicato podesse
intensificar a sua missão revolucionária,
acrescentando que ainda, que lhe con-
te, nenhuma Cooperativa assim procede.

Manuel Pereira da Cunha, de Viana
do Castelo, diz que naquela cidade ain-
da não se pôde fazer nada para a cons-
tituição do C. T. porque, até agora,
ainda só duas associações profissionais
estão fedadas. E assim não se tendo
podido constituir o S. U. de I. com a
respectiva elevação de cota não se pode
constituir o C. T.

André Valente, de Almada, diz que
sendo muito úteis os C. T., podem ser,
no entanto, meios de desenvolvimento
do egoísmo pessoal. Repete certas
insinuações que lhe foram feitas e de-
clara que o Sindicato aceita o C. T., não
concordando, em todo o caso, com a
distribuição de 50% ao pessoal do
mesmo C. T. por ser o meio de desen-
volver o egoísmo individual.

Ermengildo Cambalacho, do Sei-
cal, combate igualmente a feição egoísta
que se lhe quer atribuir. Concorda,
sim, com que os lucros resultantes das
obras realizadas se destinem a obras de
instrução e educação e beneficência. Re-
pete também as insinuações que lhe fi-
zeram, afirmando o seu amor de sem-
pre à propaganda e organização.

António Matos, de Cascais, acha igual-
mente úteis os C. T., aplicando-se os
seus lucros exclusivamente à propaga-
nda, instrução e tudo quanto contribua
para a emancipação dos trabalhadores.

**O relator defende os seus
pontos de vista.**

Marcelino da Silva, relator da tese
em discussão, responde aos oradores
que de certo modo criticaram o seu tra-
balho. Teria imenso prazer em que o
Congresso discutisse a questão com ele-
vação e dentro do ponto de vista ideoló-
gico.

Diz que apesar de estar inscrito em
estatutos e outros documentos a co-
operativismo para as correlativas des-
pesas, notam-se dificuldades materiais
que só poderão ser vencidas pelos re-
cursos advindos dos Conselhos Técnicos.
Advoga a necessidade de os opera-

rios se habituarem desde já aos traba-
lhos de administração e técnicos para
que possam com vantagem dedicar-se
aos trabalhos de reconstrução no pró-
ximo período revolucionário, e para se
conseguir aquele objectivo deve-se, de
antemão, preparar as condições preci-
sas.

Responde aos oradores que refutaram
a tese em discussão, defendendo as per-
centagens estabelecidas na tese. Objecta
aos que condenaram a distribuição de
percentagens ao pessoal que, se se abo-
lisses tais percentagens, os operários
não teriam gosto na execução dos tra-
balhos de que o C. T. se encarrega.

E assim que o C. T. tem-se visto na
dura necessidade de proceder a substi-
tuições de pessoal por nem todos os
operários cumprirem o seu dever. De
já a criação da percentagem para de-
senvolver o estímulo pelo trabalho.

Acrescenta que as percentagens esta-
belecidas para as Escolas serão bastan-
tes desde que haja aproveitamento nas
recitas e desenvolvimento dos traba-
lhos do C. T. sob o sistema comanditá-
rio. O orador aplica o mesmo critério
quanto ao auxílio aos presos.

O orador responde ainda a vários
pontos particulares abordados antes por
alguns congressistas, terminando por
uma defesa entusiástica da sua tese.

Artur Sabido, de Tires, não quer
atacar a tese, mas observa que se o
C. T. é ótimo na teoria, não é na
prática. Recorda que no seu Sindicato
o mesmo não deu resultado e a prova
é que por pouco que não atirava a ter-
ra com o Sindicato. Concorda, no en-
tanto com o C. T., mas entende que
30 p. c. chegam para satisfazer o egoís-
mo pessoal, dedicando-se os 20 p. c.
restantes para a instrução para que os
espíritos se abram a fim de poderem
receber os ensinamentos de António Eduar-
do, de Vendas Novas, declara-se favo-
rável à tese, embora com as necessárias
emendas às percentagens.

David de Sousa Ramos, de Braga,
diz que o C. T. não tem viabilidade
no norte. Faz essa declaração para não
se criarem ilusões a tal respeito. Quanto
ao egoísmo acha que se desenvolve tan-
to nas Cooperativas como nos C. T.,
visto que as origens são idênticas.

Augusto da Costa Mendes, de Ma-
tosinhos, diz que condena a Cooperativa
porque ela tira de pernas ao ar com
o Sindicato. Não diz o mesmo dos
C. T., que supõe ter mais viabilidades,
se bem que o sindicato que representa
não possui ainda condições para cons-
tituir o seu.

Carlos Coelho, de Lisboa, esclarece
várias passagens do seu discurso ante-
rior que não tiveram em vista ofender
delegados que se supuseram ofendidos
com insinuações, acrescentando que não
são os dirigentes dos organismos que
são egoístas, mas sim os que trabalham
sem ideias, nos C. T.

Alberto Dias, de Famalicão, diz que
os C. T. têm pros e contras. Os pros
contras são os resultados da in-
consciência dos operários. Por si só
sabe fazer a greve surda quando traba-
lha por conta de mestres. Cita vários
casos em abono das suas afirmações,
declarando que se o C. T. de Lisboa
tem vingado é porque nas suas obras
está a fim flor dos militantes.

António Inácio Martins, do Pórtico,
diz que o sindicato que representa não
constitui o seu C. T. senão na sua fun-
ção revolucionária, pois se quizessem
tomar conta de obras, por que não a
burguesia lhes daria. E se o C. T. de
Lisboa vingou foi devido ao auxílio do
próprio Estado.

João Jorge, de Olhão, faz idênticas
declarações às de Carlos Coelho, refe-
rentemente a melindres e insinuações
dando-se o Congresso por satisfeito.

Inácio Marques, de Alcaide do Sal,
diz que o assunto está mais que discu-
tido.
José Augusto Marques, de Évora,
diz que o sindicato que representa te-
nou constituir o C. T., mas os opera-
rios, em vez de para o mesmo traze-
rem os trabalhos que lhes apareciam,
tomavam-nos para si e em seu próprio
interesse, razão porque o C. T. não
vingou em Évora. Supõe, no entanto,
que se poderá tentar organiza-lo
mais uma vez.

Fala ainda Marcelino da Silva, em
resposta ao delegado de Évora, dizendo
que se o C. T. ali não vingou, não foi
por erro do mesmo, mas daqueles que
entenderam que os lucros que pode-
riam ficar no C. T. deveriam antes
ficar com eles fazendo as obras por
sua conta.

Por último foi a tese aprovada na
generalidade.

**A tese é discutida na espe-
cialidade**

Na especialidade foi lido o regu-
lamento dos C. T., sobre o qual é en-
viada para a mesa a seguinte proposta:
«Proporho para que em vez dos
50% a dividir pelo pessoal fiquem
apenas 30, sendo os restantes 20 divi-
didos: 10% para o cofre de solidarie-
dade e que, em vez de 5, fiquem 15%
destinados ao funcionamento das esco-
las locais. E. Cambalacho».

Alberto Dias, depois de Inácio Mar-
ques afirmar que o espírito egoísta se
desenvolve depois que por conta do
C. T. foram trabalhar militantes, diz
que reivindica para si o epíteto de
egoísta. Chegou a transgredir uma de-

cisão da sua antiga Associação dos Car-
pinteiros para não sacrificar o C. T.;
mas entende ser necessária a percenta-
gem de 50%, porque, se assim não
for, o C. T. baqueia. E por isso que é
egoísta para que o C. T. não sossebre.
Na mesma ordem de ideias se pronun-
cia João Jorge.

Marcelino da Silva esclarece, em res-
posta a vários delegados do norte, que
os governantes dizem que não havia
maneira de moralizar os operários nas
obras.

E o C. T. quiz demonstrar que os
operários se moralizavam desde que as
obras lhes fossem entregues. De aí o
auxílio do Estado. Mas é necessário
empregar esforços nesse sentido visto
que os operários não compreendem
que a organização tem a fazer para
sustentar a sua autoridade moral, que
eles não respeitam.

Custa-lhe assim falar mas é necessá-
rio agitar a verdade para que os vários
males se remedeiem, citando abundan-
tes factos em abono das suas afirma-
ções.

Depois de Inácio Marques ter feito
de novo uso da palavra, é aprovado
um requerimento para que se dê a
questão por discutida e se vote a pro-
posta sem prejuízo dos oradores ins-
critos.

Falam ainda Cambalacho, João Go-
mes, de Albufeira, que apresenta nova
proposta, Artur Sabido, de Tires, An-
dré Valente, de Almada, e por último
o relator, sendo a proposta rejeitada,
e a tese por fim, aprovada, encerrando-
se seguidamente a sessão.

Terceira sessão

A terceira sessão é presidida por Au-
gusto da Costa Mendes, secretário
por Alberto da Costa Lucas e João Go-
mes.

**A tese «Pró-Solidariedade
Corporativa»**

Carlos Coelho, na generalidade, faz
várias considerações tendentes a de-
monstrar que é necessário remodelar-se
a forma como é feito o auxílio a viú-
vas e orfãos, visto vigorarem subsídios
a viúvas que já têm maridos e orfãos
que já auferem salários regulares.

João Miranda reforça as opiniões de
Carlos Coelho pois não é justo que or-
fãos de 18 anos estejam ainda a receber
subsídios, tanto mais que com isso po-
derão ser prejudicados os presos.

Refere-se ao que pretendem os dele-
gados do norte quanto ao desdobra-
mento da Caixa, afirmando, baseado
em grande cópia de argumentos, que o
seu desdobraimento virá a prejudicar o
funcionamento, assim como os orfãos,
as viúvas e os presos. Quanto a estes
entende que deverão perceber 150\$ se
a prisão se dá quando duma greve ge-
ral.

Alberto Dias diz que é necessário au-
mentar o subsídio aos camaradas pre-
sos. Se isso se poderá fazer ou não, não
sabe; mas entende que, seja como for,
isso sacrificie tem que ser feito.

David de Sousa Ramos diz que os
delegados do norte não pretendem o
desdobraimento da C. de S. em norte e
sul, pretendem apenas uma secção a
fim de que os organismos do norte não
estejam mal impressionados com o fa-
cto de toda a receita se concentrar em
Lisboa. Fernando Badessi satisfaz-se
com a forma como João Miranda pôs a
questão. Desagradam-lhe no entanto que
supunham uma intenção que a organi-
zação do norte não tem. Relata as difi-
culdades havidas quando há presos no
norte, onde também há presos e perse-
guições, não em tanto número como em
Lisboa, mas que, assim mesmo, tem
que ser auxiliados desde logo e não co-
mo até aqui, que o auxílio chega muitas
vezes tarde e isso que é preciso evitar
com a criação duma secção da caixa no
norte.

João Jorge faz várias considerações
respeitantes às viúvas e orfãos. Quanto
ao desdobraimento da Caixa não o
aceita, porque então também haveria
que aceitar-se outra secção no Algarve,
região também distante de Lisboa e
onde tarde chega, igualmente, o auxí-
lio aos presos.

Albino dos Santos concorda com o
parecer, mas refuta J. Miranda, lendo
parte da proposta dos delegados do
norte, segundo a qual o dinheiro capi-
talizado no Pórtico, iria para Lisboa sem-
pre que dele precisasse para socorrer
os organismos do sul, obrigando-se a
secção a enviar para a Federação um
balanete trimestral para que esta
conhecisse dia a dia os recursos com
que poderia contar. Pensam assim por-
que estão mais perto dos organismos
do norte e sentem-lhe as necessidades.
Acrescenta que isto é factível desde que
haja o necessário entendimento. Refute
o que disse J. Jorge quanto ao Algarve.
O norte é vastíssimo, tem uma popula-
ção densa e condições industriais e nada
disto se compara com o Algarve. Diz
mais que há no Pórtico, quem pense e
conheça as coisas e as necessidades, sa-
bendo igualmente como remediá-las —
coisa que não acontece com os camara-
das de Lisboa, que desconhecem o meio
e as suas condições psicológicas.

J. Augusto Marques e André Valente
não concordam com o desdobraimento,
o primeiro, porque, não há sem-
pre lutas numa só localidade e ao me-
smo tempo aquelas que não estão em
luta, devem auxiliar as que lutam; o

segundo, dizendo que a divisão na Cai-
xa, trará a divisão na Federação e isso
trará um grande prejuízo para toda a
organização do país.

Marcelino da Silva diz que não se
tem reparado na questão dos números,
Cita vários deles para justificar que as
recitas da Bolsa não bastam para os
subsídios a pagar a presos, especial-
mente quando o número deles aumen-
ta. E, pois, de opinião que o subsídio
máximo só deve ser dado aos presos
por questões corporativas, entendendo
que para os presos por motivos sociais
de carácter geral, se deverá estabelecer
um subsídio relativo, não fixado, para
o que se deverá aproveitar outras re-
citas além da cota. Quanto à preten-
são dos delegados do Pórtico, nada diria
por não estar convertida em proposta.

João Gomes acha lógica e justa a pre-
tensão dos delegados do Pórtico, pois se
não se mostra a certas massas de tra-
balhadores as vantagens imediatas elas
não acorrerão aos sindicatos nem lutam
com vontade nos momentos precisos.

Cambalacho concorda com a tese e
quanto aos desejos dos delegados do
Pórtico ele pergunta se já falou a.s. pre-
sões do norte o necessário subsí-
dio. Quanto a si não falou e por isso
não concorda com aquele desejo, e por
isso não aceita o desdobraimento. Diz
que o seu sindicato é de opinião que
mesmo que seja criada a Caixa Nacio-
nal de Solidariedade se continue man-
tendo a Caixa de Solidariedade da Con-
strução Civil.

Inácio Martins defende a pretensão
do Pórtico e cita factos para demonstrar
que ela é uma necessidade e tanto que
o Sindicato da Régua se dissolveu por
não ter tido o auxílio para um camara-
da que caiu preso.

Alberto Dias explica que o Sindicato
da Régua se comportou menos digna-
mente para com a Federação, exigindo
que esta fosse lá impor a jornada de 8
horas, a par de imposições. Esse sin-
dicato apenas havia pedido 10 cadernets
e 250 selos-cota.

Inácio Martins dá-se por satisfeito,
pois, vistas as explicações de A. Dias,
foi na Régua mal informado.

Auréliu Rodrigues diz que sendo Lis-
boa a sede da Caixa, quando em Braga
essa solidariedade é necessária, chega
tarde, citando em abono do que diz vá-
rios casos de greve ali sucedidos.

Delegados do Pórtico e justos, António Duarte,
Artur Sabido, António Matos, etc.

Fernando Badessi, do Sindicato do
Pórtico, lamenta a forma como tem sido
apreciada a pretensão dos delegados do
Pórtico. Supõe-se que queriam a divisão.
Não é verdadeiro.

Pretendem apenas descentralizar, or-
ganizando, para se atender às neces-
sidades próprias de cada região que não
podem ser compreendidas nem satis-
feitas por quem não as sente, se estão
em diferentes regiões. Em sua opinião
tem sido o centralismo e absorção que
mais têm prejudicado o movimento ope-
rário. De resto, o Sindicato do Pórtico,
não impõe nada; pretende apenas que
se atenda às circunstâncias, ao momen-
to e às necessidades regionais.

Alfredo Lopes, relator, diz que, ex-
cepção feita aos delegados do norte
que algo apresentaram, nenhum dos
outros apresentou qualquer ideia que
habilitasse o Congresso a decidir.

Por si também não é centralista, mas
nesta caso entende que a caixa não po-
de ser desdobrada, produzindo longas
considerações em defesa da sua tese.

Por último, Carlos Coelho apresenta
uma moção de ordem, que é aprovada
por maioria, e como consequência são
feitas as seguintes consultas:

«No caso de o Congresso Nacional
da C. G. T. não votar a constituição da
Caixa de Solidariedade Nacional de-
vem ou não autorizar a Federação a
aumentar de 50\$ centavos para 100\$ a
cota de solidariedade e bolsa de traba-
lho, de maneira a poder-se estabelecer
o mínimo de 7500 por cada dia útil aos
nossos camaradas presos?»

«Em caso de greve parcial, deve-se
ou não subsidiar os presos com o auxí-
lio que a caixa confere?»

«Em caso de greve geral deve ou não
subsidiar os presos?»

«Em caso afirmativo, qual deve ser a
sua importância?»

Sobre a primeira consulta, é aprova-
da a seguinte proposta:

«Proporho que caso o Congresso
Nacional não aprove a tese do Coifre
Nacional, seja autorizada a Federação
a aumentar a cota de 5 para 10 centavos
para estabelecer o subsídio de 7500
aos presos por delito social. (a) Carlos
Coelho».

A doutrina desta moção é aplicada
à segunda consulta. Quanto à terceira
quarta aprova-se esta proposta:

«Proporho que o auxílio a dar aos
presos em caso de greve geral seja uma
verba conforme os fundos da própria
caixa e conforme a comissão adminis-
trativa o entender. (a) João Gomes».

O regulamento da Caixa de Solidariedade

Entra em seguida em discussão o re-
gulamento da Caixa de Solidariedade e
Bolsa de Trabalho da Federação, com-
plemento da tese «Pró-Solidariedade
Corporativa».

São muitos os congressistas que só-
no mesmo se pronunciam com gran-

**Foi declarada no Havre a greve marítima
de protesto contra a atitude do governo fran-
cês que pretende suprimir o dia de 8 horas a
algumas classes operárias.**

Na França reacção reaccionária Os marítimos defendem encarnhada- mente as 8 horas

A burguesia francesa tem-se notado
últimamente pelo seu espírito reacção-
ário, que se exterioriza quer no campo
político quer no campo económico. Os
movimentos reivindicadores do proleta-
riado são afogados em sangue, e a cha-
cina no Havre, por ocasião da última
greve dos metalúrgicos, está bem vivida
nos espíritos ainda hoje horrorizados
pelas selvagens comediadas.

O ataque às 8 horas é cada vez mais
violento. Já nos temos referido várias
vezes aos meios a que a burguesia fran-
cesa lança mão para inutilizar esta con-
quista do proletariado mundial.

O protesto contra as prepotências,
cada vez mais arrogantes, dos reacção-
nários que imperam em França — outro-
ra o berço da liberdade — é esmagado
com inaudita violência.

Ultimamente, o governo francês de-
cretou a abolição do regime das 8 horas
na marinha mercante, o que provocou
fundo descontentamento em todas as
classes marítimas.

A infamia dos reacçãoários atinge o
auge.

O decreto de abolição estabelece a
doutrina de um regulamento publicado
em 1919, segundo o qual o tempo de
permanência na ponte de comando, as
ordens do oficial, não é considerado para
o marinheiro como tempo de trabalho
efectivo, mas considerado como de re-
poso.

E ainda suprimida uma regalia que
os marinheiros disfrutavam desde 1937.
Consistia ela em considerar como «re-
poso compensador» o repouso extraor-
dinário concedido ao marinheiro que,
durante uma travessia, nunca houvesse
descansado por necessidades de serviço.

As 8 horas ficam sendo, pelo mesmo
decreto, regalia do pessoal de máquinas
que já as usufruíam desde 1909. As equi-
pagens haviam-nas obtido por decreto

de calor, procurando cada um deles
harmonizar os seus pontos de vista
quanto à forma de melhor garantir a
sua execução com utilidade para todos
os federados e em todas as localidades.

O n.º 2 do artigo 4.º é motivo de vi-
va discussão, sendo aprovadas as se-
guintes propostas aplicáveis ao mesmo
e ainda aos n.ºs 2 e 11 do art. 5.º:

«Proporho que o assunto em discus-
são sobre o n.º 2 do art. 4.º baixe à
apreciação das comissões administrati-
vas da Federação e da Bolsa, isto por
se reconhecer que o mesmo depende
de estudo. (a) Alberto Dias».

«Proporho que dadas as dúvidas que
surgiram sobre a falta de aposição dos
selos-cota nas cadernets, que seja es-
tabelecido neste regulamento o princí-
pio de a reclamação de subsídios serem
feitos pelo sindicato à Bolsa juntando a
caderneta do sindicato ou sindicados e
não sendo respeitadas estas formalida-
des o subsídio não será prestado. (a)
Marcelino da Silva».

«Ao artigo 10.º é feita a seguinte em-
enda, do relator: «cessa o pagamento de
subsídio às viúvas quando deixarem de
manter-se no estado de viúvas».

Toda a matéria restante e constante
do regulamento é aprovada por unani-
midade, sendo depois de aprovada a
acta da segunda sessão, encerrada a ter-
ceira.

Saudações ao Congresso

As Associações da Construção Civil e
dos Corticeiros de Castelo Branco e do
Pessoal do Município de Lisboa envia-
ram ao Congresso ofícios com calorosas
saudações aos congressistas.

O Congresso recebeu, na 2.ª sessão,
os seguintes telegramas:

«Coimbra, 24. — Saudamos o vosso
Congresso. — Mário Campos, Arnaldo
Luís Plaza e Manuel Pinto».

Lisboa, 25. — Confederação Geral do
Trabalho saúda o Congresso, fazendo
votos para que do mesmo resulte a mais
elevada afirmação sindicalista. — J. H.
Matias, secretário adjunto».

«Guimarães, 26. — Sindicato da Con-
strução Civil saúda o Congresso e dá
plenos poderes ao delegado presente. — M.
Silva».

Lisboa, 26. — União Sindicatos Ope-
rários de Lisboa saúda-vos e faz votos
pelo brilhantismo dos trabalhos do Con-
gresso. — E. Jorge, secretário

Relatório do Comité Confederal da C. G. T.

Não pôde o nosso delegado assistir ao Congresso da I. S. V., não tendo, portanto, podido tomar parte nos seus debates.

No seu regresso apenas pôde dar ao Conselho Confederal conta das resoluções do Congresso de Moscú, traduzindo-as numa brochura francesa, resoluções que foram publicadas no nosso órgão, nos números que vão de 16 de Novembro de 1921—com algumas intermitências—a 12 de Janeiro do corrente.

Antes da sua partida, com esse delegado—o camarada Perfeito de Carvalho—havia ficado convenido publicar-se o seu relatório sobre as decisões daquele Congresso; dum outro sobre as condições de vida do povo e particularmente do operariado russo, baseado nas suas observações directas, com o fim de se elucidar a organização e o proletariado português, visto que as informações conhecidas a tal respeito eram desencontradas.

Mas quando aquele camarada deu conta verbal da sua missão declarou não ter podido elaborar qualquer dos relatórios por na Lituânia lhe ter ficado a mala com os respectivos apontamentos. Voltou à Rússia, mas já sem representação da C. G. T., pois, segundo informou, comprovando com as respectivas credenciais, estava investido com um mandato da I. S. V. Prometeu enviar os referidos relatórios ou traçá-los no seu regresso.

Não aconteceu, porém, assim. Os relatórios não foram enviados, tendo aquele ex-delegado fixado residência fora do país, embora, segundo informou ao Conselho Confederal, esteja transitoriamente nessa situação.

Segundo as resoluções do Congresso de Coimbra a C. G. T. deveria influir nas conferências, nos congressos internacionais, etc., para se instituir a Confederação Internacional do Trabalho, com representação de elementos operários que não estivessem investidos de qualquer mandato político, tendo, antes, deliberado não intervir em Amsterdã por este organismo não corresponder aos objectivos de emancipação.

Quanto a Amsterdã, e antes que esta estabelecesse relações com a Sociedade das Nações por intermédio do Bureau Internacional do Trabalho (Secção da Sociedade dos Estados capitalistas) já a organização se havia pronunciado contra a sua própria constituição orgânica por virtude de esta ter como representantes elementos investidos de mandatos políticos, que manejariam—como manejam—aquela Internacional em conformidade com a orientação dos agrupamentos políticos de que fazem parte.

Consequente com o espírito da decisão do Congresso de Coimbra o Conselho Confederal não votou desde logo a adesão da C. G. T. a Moscú, porque a constituição e funcionamento da I. S. V. estava nas mesmas condições de Amsterdã, muito embora parecesse ser outro o seu espírito revolucionário.

A inter-penetração de delegados nos conselhos da Internacional Sindical e da Internacional política e o carácter de obrigatoriedade de certas condições, de feição política contrária ao espírito e à vontade do proletariado português, não permitiram qualquer decisão definitiva.

Acrecia a circunstância de este Congresso ter de realizar-se passados poucos meses e poder deliberar sobre esta importante questão.

Solidariedade internacional

Não se descurou, contudo, a prática dos princípios de solidariedade internacional, nem se descurou a preparação do proletariado nacional para que, na medida do possível, se acompanhasse qualquer movimento internacional revolucionário iniciado nos países de melhores condições económicas e industriais e de mais elevada preparação moral e revolucionária. Neste último caso iniciámos a organização inter-sindical, etc., que foi prejudicada por à mesma se antepor a organização do partido político, como já noutra altura referimos. E no primeiro procurou-se responder aos apelos que nos foram dirigidos.

Citámos já os trabalhos realizados com os organismos de transporte a fim de não se concorrer para que de Portugal fossem tropas e munições para as forças contra-revolucionárias que atacavam a Rússia. E aos apelos da C. N. T. de Espanha, para a iniciação do boicote aos produtos espanhóis, procurou-se responder dentro das nossas poucas possibilidades, tendo o «comité» confederal enviado por uma delegação directa ao ministro espanhol, uma representação com o fim de obter a cessação dos actos repressivos contra a organização e militantes sindicais, em colaboração com a C. G. T. francesa e com a U. S. Italiana.

Aqueles actos de repressão cessaram durante algum tempo. E quando de novo se repetiram, então com mais violência, convidámos e insistimos com os organismos centrais locais para uma campanha de protesto vigoroso, que ainda se desenhou e que não prosseguiu em razão das crises que durante certo tempo enfraqueceram a nossa organização.

Auxílio aos famintos russos

Ainda neste particular, e apesar de não se tratar de solidariedade de classe, a necessidade de auxiliar os famintos russos foi tomada na devida consideração como um dever de solidariedade humana.

Foi assim que pelo «comité» se lançou um apelo a favor dos famintos russos, apelo que, se não foi correspondido na medida do desejável, foi contudo alguma coisa, se se atender à crise económica do proletariado português e ainda a outros apelos financeiros para variados fins, uns de carácter geral, outros de carácter nacional e que prejudicaram em certo modo o auxílio a prestar aos famintos russos.

Mesmo assim ainda foi atingida a importância de cerca de 8 mil escudos no Continente e 10 mil escudos em Lourenço Marques, total de 18.000\$00 escudos. Esta importância foi enviada para o «Bureau» Internacional Pró-famintos Russos, com sede em Berlim.

Conselho Jurídico

As condições em que funcionou este organismo não foram de molde a satisfazer as necessidades da organização. Pelo seu regulamento privativo o Conselho Jurídico (que na vigência da extinta U. O. N. exercia a sua acção dentro da zona sul, e que com a criação da C. G. T. passou a exercê-la em todo o país) tinha que se ocupar de todas as questões crime ou civis dos organismos sindicais e bem assim de todas as questões dos confederados de ordem social, rever e dar parecer sobre as leis de interesse operário, etc., etc.

Era um triplo trabalho de ordem jurídica, por vezes tam complexo que impossível foi, quasi sempre, dar não só inteiro cumprimento ao mesmo, mas até à maior parte das suas prescrições.

Para que se lhe podesse dar execução integral, tratando-se de todas aquelas questões e com a rapidez que as mesmas requeriam, era necessário que os componentes do mesmo Conselho fossem em grande parte do próprio foro.

Mas, na sua constituição, entrava apenas um advogado. Os honorários deste foram sempre tam inferiores, quanto, por vezes o trabalho era superior. Os restantes, os membros que constituíam o próprio Conselho, nem sempre podiam acompanhar de perto as questões que lhes estavam cometidas, e necessário é que se diga, também as não podiam acompanhar por carência dos conhecimentos indispensáveis.

Outra questão de não menor importância é a que se refere ao princípio regulamentar respeitante à ida do advogado à província. Segundo o regulamento, quando haja qualquer questão fora de Lisboa, o organismo que reclame a presença do advogado tem que lhe pagar as despesas de hospedagem e os transportes. Nestas circunstâncias o organismo reclamante gasta muitas vezes mais do que se contratasse um advogado na própria comarca.

Para estes organismos, pois, o Conselho Jurídico tem uma utilidade secundária, pelo que de vez em quando surgiam reclamações e protestos contra o facto.

Em Lisboa mesmo, o advogado não podia satisfazer a tempo e todas as necessidades, pois raras vezes acompanhava os processos dos presos. Na questão do inquilinato, que não consta do regulamento, prestou, porém, inúmeros serviços.

Tudo isto se remediaria se o Conselho Jurídico dispusesse de verba suficiente, tanto para aumentar progressivamente os honorários do advogado para se lhe poder exigir mais assiduidade no trabalho, como para contratar outros advogados, a fim de entre si poder ser distribuído o complexo trabalho do Conselho.

O Conselho Confederal por vezes se ocupou da questão, recompondo com novos delegados o C. J. Chegou-se mesmo a elaborar um projecto de novo regulamento, no qual as questões de que o mesmo C. J. deveria occupar-se eram restringidas, estabelecendo-se dois advogados para Lisboa e um para o Porto, para as zonas sul e norte; mas nunca foi possível aprovar definitivamente o novo regulamento, que assim mesmo não seria bastante para satisfazer completamente as necessidades.

Esse projecto de regulamento é como segue:

«Tendo-se verificado que o Conselho Jurídico da C. G. T., tal como está organizado e tendo que desenvolver a sua actividade e estender a sua acção a toda a organização operária portuguesa—sempre que lhe for oficialmente reclamada pelos organismos federados na C. G. T.—não corresponde às necessidades crescentes da organização operária e não pode completamente satisfazer os seus fins, resolve o Conselho Confederal reorganizar-lhe procurando adaptá-lo às circunstâncias que se tem vindo a manifestar, pela forma seguinte:

1.ª A sede do Conselho Jurídico é em Lisboa e está instalada na Confederação Geral do Trabalho, sendo aqui que deve fazer-se o registo de toda a correspondência, reclamações, casos pendentes, marcha dos processos que corram nos tribunais e seus resultados finais.

2.ª O Conselho Jurídico passará a ter ao seu serviço três advogados, dos quais dois estarão em Lisboa e um no Porto.

§ 1.º O advogado do Porto estará em contacto directo com a União dos Sindicatos daquela cidade, devendo este organismo operário do norte nomear uma comissão de três membros que junto do advogado desempenhe as funções que exerce em Lisboa o Conselho Jurídico no que respeita a demarches nos tribunais e junto dos poderes públicos, informações dos presos e demais interesses, etc.

§ 2.º Esta comissão ao mesmo tempo que trata directamente com o advogado do Porto das questões urgentes, que reclamem a intervenção deste, participará para o Conselho Jurídico todos os casos sujeitos para este Conselho deles ter conhecimento e devidamente os registar bem como participará o andamento deles e seus resultados.

§ 3.º O advogado do Porto terá a seu cargo os casos que reclamem a sua intervenção nos distritos de Viana do Castelo, Braga, Vila Real, Bragança, Porto, Aveiro, Viseu, Guarda e Castelo Branco.

Os de Lisboa terão os dos distritos de Coimbra, Leiria, Santarém, Lisboa, Portalegre, Évora, Beja e Faro, podendo, porém, em casos excepcionais e necessários, ser chamados os de Lisboa a auxiliar ou substituir o do Porto fora destas áreas e vice-versa.

§ 4.º O Conselho Jurídico só tomará conta dos casos que estejam dentro do regulamento e que lhe sejam participados, por officio, pelos respectivos sindicatos, devendo essa participação ser o mais explicita possível, designando, nos casos de prisão e de processos criminaes—sempre que possível seja—os nomes e profissões dos presos, cadeia ou calabouço onde se encontram, autoridade à ordem de quem foram detidos, data e motivo da prisão, tribunal, cartório do escrivão por onde corre o processo (se já existe) e as mais informações que interessam ao caso e possam facilitar o trabalho dos advogados e elucidar o Conselho Jurídico.

§ 5.º Os advogados de Lisboa darão consultas aos sindicatos, duas vezes por semana, no gabinete do Conselho Jurídico.

O advogado do Porto dará consultas, uma vez por semana, no seu consultório ou no gabinete que lhe destinar a União dos Sindicatos do Porto.

§ 6.º As consultas serão gratuitas sempre que se trate de casos de horário de trabalho, condições de trabalho, acidentes de trabalho, conflitos de trabalho, desassano semanal, inquilinato, abuso de liberdade de imprensa, direito de reunião e de casos criminaes provenientes de paralisação colectiva de trabalho ou de revoltas colectivas contra a carestia da vida, sendo também gratuitas as defesas dos interesses dos sindicatos nos processos que derem destes casos aqui expressos, à excepção das acções de despejo, pois o Conselho Jurídico no que respeita a inquilinato apenas pode dar as consultas.

Todas as outras consultas de carácter particular e de interesse individual dos sindicatos, bem como os processos ou acções que destas derem, correrão por conta dos interessados, nada tendo o Conselho Jurídico com as despesas judiciais e honorários dos advogados que serão satisfeitos pelos próprios que desses serviços de interesse particular e extra-operário necessitarem.

§ 7.º Sempre que os advogados hajam que deslocar-se para fora de Lisboa, ou do Porto, as despesas de viagem e de hotel não correrão pelo coife do Conselho Jurídico, mas sim, pelo do organismo ou organismos que reclamem a sua intervenção.

§ 8.º Os advogados serão consultados e darão pareceres sobre a legislação existente e alterações que vier a sofrer sempre que ela respeitae a organização operária ou a esta interesse.

§ 9.º O Conselho Jurídico poderá ter ao seu serviço qualquer empregado forense que auxilie os advogados na sua missão e que, assim, acompanhe os processos e procure os presos com mais assiduidade, transmitindo-lhes o seu andamento ou recebendo deles quaisquer reclamações ou informações que à sua defesa interessarem.

3.º Junto de cada União dos Sindicatos funcionará uma comissão pró-presos com a função específica de solidariedade para com os presos e suas famílias mas que esteja também em contacto com o Conselho Jurídico auxiliando-o no exercício da sua acção.

§ 1.º A comissão a que se referem os §§ 1.º e 2.º do n.º 2.º da União dos Sindicatos do Porto, e que estará em relações com o Conselho Jurídico e com o advogado daquela cidade, tomará também a seu cargo a função de solidariedade da comissão pró-presos agregando, em caso de necessidade, mais alguns membros.

O Congresso dirá o que nesta questão há a fazer, indicando ao futuro Conselho Confederal o que se lhe afigurar mais conveniente.

Secção das Federações

A Secção das Federações, não tendo podido realizar todo o trabalho que poderia realizar se se dispusesse das necessárias receitas, fez com tudo algum, sobressaindo o trabalho de preparação para a organização da Federação dos Ferroviários Portugueses.

Há muito que entre os ferroviários existia a vontade de promoverem a organização do seu 1.º Congresso. Para esse efeito haviam mesmo organizado a respectiva Comissão Organizadora. Por razões particulares essa comissão não levou os seus trabalhos até final.

Não tendo sido possível reorganizar a Federação Nacional de Transportes de Terra e Mar havia que aproveitar a predisposição daqueles operários de transporte, e foi assim que a Secção de Federações aceitou o encargo de levar a efeito a realização da conferência inter-sindical ferroviária, que teve lugar no Porto em Outubro do ano passado, onde foram votados os princípios fundamentais dentro dos quais se deveria orientar o futuro congresso ferroviário, e possivelmente aqueles em que a respectiva Federação deveria assentar no futuro.

Promoveu e realizou a necessária propaganda ao longo das linhas férreas de todo o país, podendo ver coroados do mais feliz e esperançoso êxito os seus esforços. Constituiu-se a comissão organizadora do Congresso, este já se realizou. Hoje encontra-se já votada a Federação Ferroviária de Portugal e Colónias, organismo que, integrado na C. G. T., prestará um concurso solidário à obra de emancipação proletária.

De outros trabalhos tratou referentes à propaganda e à organização. Mas como os mesmos estão integrados na acção geral confederal, serão referidos no outro capítulo.

A Secção das Uniões

Esta secção foi sempre o reflexo do que tem sido as Uniões nas diferentes localidades. As Uniões de Sindicatos, salvo raras excepções, nem sempre encarnaram a missão que lhes é cometida. A maioria mesmo não teve uma vida regular. Deve-se esse facto à carência de militantes nas diferentes localidades, uns porque emigram, outros porque não tem o apoio moral que resulta da acção continua e persistente dos sindicatos seus componentes.

A vida, pois, da Secção das Uniões deveria ser necessariamente o reflexo da vida das Uniões, do mesmo modo que a vida destas é o reflexo da vida dos Sindicatos.

O Conselho Confederal occupou-se desta questão, em conjunto pôsto que não só as Uniões, mas também as Federações sofriam do mesmo mal—mal que por sua vez se reflectia na vida e acção da C. G. T.

Assim que logo nas primeiras reuniões esta Secção enviou a cópia das suas actas às Uniões para que estas se integrassem na acção das Secções.

Enviou-lhes igualmente uma circular (n.º 11) pedindo-lhes as indicações necessárias para bem montar os serviços de acção, de propaganda e de organização e de estatística. Mas nenhuma chegou a responder convenientemente ficando desde logo esta Secção impossibilitada de proseguir no exercício da sua função, por uma forma regular e metódica.

Este facto revelou concluentemente que ainda havia a fazer um sério trabalho de propaganda e organização em cada localidade para boa compreensão da missão e funcionamento da C. G. T.—facto que não é, aliás, para estranhar se se tiver em consideração que a C. G. T. é ainda um organismo novo e que só com o decorrer do tempo é à maneira que se vão sentindo as necessidades e que se vai compreendendo o seu valor e fazendo-se a necessária integração no mesmo.

As Uniões nem sempre deixaram, contudo, de corresponder aos convites da C. G. T. para determinados movimentos, acompanhando-os sempre na medida das suas possibilidades.

A acção de propaganda

Graças ao indiferentismo das massas organizadas por virtude da tremenda crise económica que, como reflexo de desequilíbrio internacional, avassalou o país e especialmente a classe operária, os organismos sindicais sofreram um certo abatimento.

Noutro tempo que a visita de propagandistas era de resultados salutares nas diferentes localidades do país, havia o necessário aproveitamento. Mas, nos últimos tempos, essas visitas de um ou dois dias não produzem nunca os efeitos requeridos pelas necessidades modernas.

Os acontecimentos precipitam-se e algo de valor é necessário existir para os acompanhar mantendo a acção de continuidade e a directriz conforme as aspirações das massas.

O Comité Confederal estudou largamente a questão no seguinte parecer exarado: (Publicado no jornal de 22 de Junho de 1921).

O Conselho Confederal apreciando aquele Parecer, votou o seguinte:

Aposso Complementar ao «Parecer» sobre Propaganda e Organização

E' opinião do Comité que a ida por vinda de delegados à província só, um ou poucos mais dias que lá se encontrem, não dá aqueles resultados que são ne-

cessários e que as necessidades da organização requerem no presente momento. Impõe-se uma estada de alguns meses nas localidades onde as necessidades são mais constantes. Há regiões completas onde a propaganda ainda não chegou, e onde, contudo, há um imenso trabalho de organização a realizar; há indústrias que empregam milhares de operários (a têxtil, por exemplo) nas quais a organização está quasi por fazer em todo o país, e especialmente em duas regiões no Minho e na Beira Baixa; há localidades, como Barcelos onde impera a reacção e onde existem grande número de operários de diferentes indústrias, todos por organizar. Viseu tem alguma organização, mas sendo capital de distrito e de província, é uma localidade onde menos propaganda se tem feito, resultando desse facto que aquela organização está evadida de prejuizos e alguns daqueles organismos são orientados por indivíduos das profissões liberais que não possuem o espírito de classe, quando não são mesmo militares. Outras localidades estão abandonadas à sua sorte ou então à influência de elementos integralistas e reacçãoários.

Pelo que respeita às localidades onde desde há muito existe organização vai esta perdendo força por lá não haver, por parte dos seus orientadores, espírito de continuidade. Para as principais devem ser enviados delegados viver e trabalhar, mas delegados de reconhecida competência para todos os trabalhos de que demanda a organização e que se comprometam a desenvolver a máxima propaganda associativa e ideológica.

Para esse efeito é necessário haver espírito de sacrifício, que consiste em prestarem-se a abandonar a família aqueles que a tiverem, mas não sacrificando esta, obedecendo às seguintes regras:

a) Os delegados irão de Lisboa ou de outras localidades trabalhar para as que lhe forem destinadas por prévia combinação, procurando cada um viver dos recursos ou salários obtidos no exercício da sua profissão;

b) A's suas famílias a organização pagará integralmente o salário que os mesmos auferirem na localidade de onde saírem, ficando-lhes assim garantida a sua subsistência;

c) O tempo gasto em propaganda e organização, tanto na localidade para onde vão trabalhar, como naquelas onde na mesma missão tiverem, por indicação confederal, que frequentar, será igualmente pago aos delegados segundo o salário que ali auferiam, sendo igualmente pagas as despesas de transporte e hospedagem.

As necessidades impõem que para Olhão e Faro vão dois delegados, um para cada localidade, mas com acção combinada por forma que esta se irradie por todo o Algarve; para o Alentejo, atendendo a que a sua principal indústria é a rural, deverá ir um delegado, que se fixará em Évora, junto da Federação dos Trabalhadores Rurais, mas exercendo a sua influência junto dos organismos das restantes indústrias; para Tomar deverá ir outro delegado, cuja influência se faça sentir igualmente em Abrantes e noutras localidades concentradas que o mesmo, de comum acordo com a Confederação, possa atingir; Covilhã é um centro industrial que conta bastantes elementos conscientes, que, em trabalho combinado, poderão auxiliar o delegado que para aquela localidade tem que ir na propaganda em Castelo Branco, Gouveia, Guarda, etc.; em Coimbra bastará outro delegado, que também poderá ser auxiliado pelos militantes na acção a exercer ali como nas localidades circunferentes; Aveiro não sendo um grande centro produtor, tem, contudo, grande número de operários a organizar dentro do distrito que abrange várias fábricas de diferentes indústrias e um delegado bastará, auxiliado por outros elementos da U. S. O. do Porto, quando seja necessário; também Braga e Viana do Castelo remediaria cada cidade com um delegado, e Guimarães, em virtude da influência que poderá exercer junto das fábricas de fição e tecidos existentes em grande número nas margens do rio Ave (desde Fale a Santo Tirso) algumas com milhares de operários, deverá ter no seu seio outro delegado; Trás-os-Montes (Chaves e Vila Real) deveria também ter delegados directos, mas quando não podessem ir dois, pelo menos um deverá ir para uma das localidades citadas.

Ficam enormes extensões territoriais insulares sem por agora receberem delegados—os distritos de Bragança e Portalegre por exemplo. O mesmo sucede com as ilhas e colónias. Mas como se trata de levantar n'este momento a organização já existente, são as localidades já enumeradas que devem receber os delegados.

Contava-se para realizar este vasto trabalho com os recursos financeiros em divida à C. G. T. por vários organismos; pois as dividas arcavam por 14 mil escudos. Pela Secção de Federações e de acordo com estas chegaram a ser julgados vários camaradas para irem cumprir aquela missão.

Fizeram-se os precisos convites nesse sentido aos organismos devedores. Mas nunca foi possível fazer-se a liquidação no prazo necessário porque de recursos careciam igualmente esses organismos, por serem continuas as suas despesas e parcas as suas receitas visto serem reduzidos os seus electivos e pequenas as suas cotas.

Nestas condições nunca foi possível executar aquele plano de propaganda, tendo a C. G. T. de limitar-se a diminutas facilidades, que aproveitava, aliás, com o máximo cuidado.

Este facto é motivo para que o Congresso se pronuncie sobre a necessidade de elevação da cota aos organismos sindicais, e se for possível, da sua uniformidade.

«A Batalha»

O nosso órgão tem procurado, o melhor que tem sido possível, manter vivo o espírito da resistência da classe operária, de que é porta-voz na imprensa, sendo disso testemunho as campanhas que tem feito e galhardamente tem mantido.

Nos escondemos, no entretanto, que o mesmo nem sempre tem agradado em todos os casos e a todos os camaradas. Mas qual seria, qual será, em que época e em que parte do globo o jornal que agrade, e agrade, por uma forma absoluta e que satisfaga todas as necessidades e todas as tendências? «A Batalha» dispõe sempre de poucos recursos, especialmente financeiros, com os quais podesse fazer face a todas as necessidades.

O jornal principia por não agradar, muitas vezes, aos próprios que o redigem. Contudo, quando perguntamos aos camaradas do estrangeiro que nos visitam a sua opinião sobre o jornal, a sua resposta é invariavelmente das mais lisonjeiras, desagradando-lhe apenas a parte anunciadora.

Vistos os restantes jornais revolucionários nós observamos que muito poucos são os que tem melhor redacção; há necessariamente deficiências que jornalistas dos mais cotados no nosso meio jornalístico não poderam vencer, exactamente porque a máxima e fundamental deficiência está na carencia dos recursos financeiros necessários, apesar da utilização de anúncios.

Esta principal deficiência, causa e origem de todas as outras, tem sido motivo para os constantes apelos à solidariedade das camaradas e amigos, e determinou a votação—primeiro—duma cota voluntária de 5 centavos; depois da instituição da cota fixa de um centavo por confederado e de 5 centavos a cota de 5 centavos por confederado e por mês.

E' assim que se tem mantido a sua regular publicação, satisfeito a maior parte dos seus encargos, vencido os aumentos constantes de despeza pela elevação continua de tudo o que é necessário à sua manufatura—mas é também assim que nos próprios momentos de crise, quando o indiferentismo invadiu as massas operárias organizadas, «A Batalha» manteve o fogo sagrado e o espírito de continuidade através do tempo, defendendo arduamente as prerrogativas da classe operária, sempre que o patronato e o Estado contra elas atenuou.

Sofreu por isso várias perseguições, a apreensão, o encarceramento da própria sede, a vexatória e odiosa censura governamental e militar, que a impossibilitava de publicar-se, mesmo quando tentava sair para a rua, e até o assalto covarde e traiçoeiro em que nem faltou a tentativa de assassinato dos seus redactores.

Estas perseguições, por um lado, a forma como a classe operária carinhosamente se manifestou quando desse assalto e ainda o sacrifício material por si feito para que o jornal se mantenha, por outro, dão bem a sensação de que «A Batalha» tem cumprido o seu dever.

Todavia necessário é acentuar que de muitos mais recursos materiais necessita para poder proseguir no desempenho da sua missão e é para essa necessidade que chamamos a esclarecida e autorizada atenção do Congresso.

Reclamações gerais mínimas

A C. G. T., organismo essencialmente revolucionário, não pode ter um «programa mínimo», porisso que na luta de classes tal programa teria que caracterizar a feição reformista, quando o objectivo da C. G. T. é a abolição do salariado e do patronato e a expropriação dos meios de produção.

Contudo, tendo-se esboçado uma revolução de carácter político em 19 de Outubro de 1921, entendem do seu dever apresentar ao governo que resultou daquele movimento uma série de reclamações de carácter imediato, que aquele ou outro governo poderia executar, se para tanto dispozesse de força e de vontade.

Essas reclamações mínimas, na maior parte formuladas já pela extinta U. O. N., formuladas como foram naquele momento constituíam uma indicação que poderia ser tomada na devida consideração se, de facto, houvesse o bom desejo de atender, no período revolucionário, a classe operária. Precedidas duma declaração de princípios, elas constituíam ao mesmo tempo uma afirmação, em face do descalabro político, que constituía a mais formal negação dos valores morais em que ainda assentam os poderes do Estado.

Conseguiu-se apenas que vários presos sociais fossem libertados e recolhessem

(Ler continuação na 3.ª página)

N.º 5 - Folhetim de A BATALHA

29 de Setembro de 1922

ÉMILE ZOLA

TRABALHO

Bilbucio algumas palavras que ele não pôde ouvir, o pedido de novo crédito sem dúvida, porque logo a bela Mitaine foi para dentro, com um gesto de assentimento, e lhe entregou um pão grande, que a infeliz se apressou a trazer, apertado contra o seu magro peito.

Dacheux, na sua exasperação desconfiada, tendo seguido a cena do outro passeio, gritou:

— Isso é mesmo para a roubar! Ainda agora roubaram umas latas de sardinhas no Caffiaux. Andam a roubar por toda a parte.

— Ora! respondeu alegremente a senhora Mitaine, que voltara para o limiar da porta da sua loja, só roubam os ricos.

Lentamente Lucas continuou a descer a rua de Brias, acompanhando o tropear de rebanho, constantemente enroscado. Parecia-lhe agora que um erro se erguera, que um vento de vio-

lência ia arrebatá-lo toda a multidão sombria e muda. Ao chegar à praça da Mairie, encontrou o carro de Lenfant, parado à esquina da rua, defronte duma quinquerla, uma espécie de bazar, pertencente aos Laboque, marido e mulher. E, pelas portas que abriam em largos vãos, ouviu um violento regatear entre o lavrador e o quinquerla.

— Sáfia, diabo! está a peso de ouro as enxadadas... Nesta aumenta o senhor nada menos que dois francos!

— O senhor Lenfant fala bem! E então esta maldita greve? E minha culpa, se as fábricas não têm trabalho, e se tudo encrenecou... Eu pago a família mais cara, e é claro que ainda hei de ganhar.

— Ganhar, está bem! Mas dobrar o preço das coisas é que não pôde ser... Não é fazer negócio por este andar, chega-se a não se poder comprar uma ferramenta.

Este Laboque era um homem baixo, magro e seco, de nariz e olhos de fúria, muito activo; e tinha uma mulher da sua estatura, viva, muito trigueira, duma avidez de ganho prodigiosa. Haviam começado ambos nas feiras, como vendedores ambulantes, puxando um carro, com alviões, ancinhos e serras. E, há dez anos, tinham aberto ali assim uma loja, que de ano para ano foram alargando, de sorte que se encontravam agora à testa duma vasta loja, com alviões, ancinhos e serras. E, há dez anos, tinham aberto ali assim uma loja, que de ano para ano foram alargando, de sorte que se encontravam agora à testa duma vasta loja, com alviões, ancinhos e serras. E, há dez anos, tinham aberto ali assim uma loja, que de ano para ano foram alargando, de sorte que se encontravam agora à testa duma vasta loja, com alviões, ancinhos e serras.

que entravam. Assim que o vira à porta, a pequerrucha interessara-se pelo Arsenio Lenfant, achando o a pequenina pessoa benevolente. E a festa foi completa, quando entrou uma mulher, com uma quinta creança. Era Isabel, a mulher do pudador Bourron, toda esférica e toda fresca, na sua alegria que nada ensoberbava, trazendo pela mão a sua pequenina Marta, uma bimbada de quatro anos, tão gorda e tão alegre como ela. Imediatamente a pequenina largou a mão da mãe e correu para Augusto Laboque, que de certo lhe conhecia.

Isabel interrompeu o regatear do lavrador e do quinquerla, os quais se puseram d'acordo, partindo ao meio os vinte sous. Trazia uma caçarola comprada na véspera.

— Ela verteu, senhor Laboque. Dei por isso quando a punha ao lume. E eu não hei de ficar com uma caçarola que verte.

E, enquanto Laboque a examinava, procurando, e em seguida se decidia a fazer a troca, a mulher dele falou dos seus filhos. Uns montes, que não se mexiam em todo o dia, uma na sua cadeira, o outro de nariz nos livros. Não havia remédio senão ganhar-lhes dinheiro, pois que não se pareciam nada com os pais, não tinham pressa de ganhar a vida.

Sem ouvirem, Augusto Laboque sorria-se para Marta Bourron, e Eulalia Lenfant estendia a sua mãozinha a Arsenio Lenfant, ao passo que o outro Lenfant, Olimpia, acabava com um ar de sonho o bolo que o pequeno Mi-

laine lhe tinha dado. E nisto havia uma graça e uma doçura infinitas, um bom e fresco odor de esperança em amanhã, no meio do sórdido ardente do ódio e de luta que abrasava a rua.

— Se imagina que se ganha alguma coisa com estas bagatelas, continuou Laboque, dando uma outra caçarola a Isabel, está enganada. Já não há bons operários, o trabalho é todo atamancado... E o que há de quebrar numa casa como a nossa! Entra quem quer, e depois com a fazenda em exposição assim ao pé da rua, é o olho de mão pi-ha... Ainda esta tarde fomos roubados.

Lenfant, que pagava a enxada com todo o seu vagar, admirou-se.

— Então é tudo verdade, esses roubos de que se fala?

— Ora, se é verdade! Não somos nós que roubamos, são os outros que nos roubam a nós... Estiveram dois meses em greve, e agora não tendo com que comprar, roubam quanto podem.

— Olhe, aqui assim deste compimento, finda não há duas horas, roubaram-me a mim uma porção de navilhas e facas. Isto não é nada tranquilizador.

E teve um gesto de súbita inquietude, uma palidez, um tremor, apontando para a rua ameaçadora, cheia da turba sombria, como se tivesse recado um ataque improvável, uma invasão que de tudo o despossuasse, exterminando comerciantes e proprietários.

— Navilhas e facas, repetiu Isabel no seu rir constante, isso não é coisa que se coma, que é que há de fazer delas... E' como o Caffiaux, aqui de-

fronte, a queixar-se de que lhe tinham roubado uma lata de sardinhas. Algum gaito que quiz provar!

Estava sempre contente, sempre certa de que as coisas acabariam bem. Esse tal Caffiaux, ali tinham um que as donas de casa deveriam amaldiçoar! Ela acabava de pará-la ver entrar Bourron, o seu homem; mais o Ragu, e fora de dívida era uma moeda de cem sous que lhe ia lá derreter. Mas, quê! era natural que um homem se divertisse um bocadinho, depois de ter trabalhado tanto. E pegou na mão da sua pequenina Marta, saiu, feliz com a sua bela caçarola nova.

— Como vê, continuou Laboque, a explicar ao lavrador, não se pode dispensar a tropa. Eu sou de parecer que se deve dar uma boa lição a todos esses revolucionários. Nós temos necessidade dum governo sólido, que dê para baixo, a fim de fazer respeitar o que é respeitável.

Lenfant abanava a cabeça. O seu bom senso suspeito hesitava em pronunciá-lo. Partiu, levou Arsenio e Olimpia, dizendo:

— Contanto que não acabem mal essas histórias entre burgueses e operários!

Havia um bocadinho, Lucas examinava a casa Caffiaux, que ocupava defronte o outro ângulo da rua de Brias e da praça da Mairie.

Os Chaffiaux, a princípio, tinham apenas uma loja de mercearia, hoje muito próspera, com a sua exposição de sacos abertos, de latas de conservas empilhadas, de toda a casta de

comestíveis a monte, que umas roldas defendiam das mãos agéis dos ladrões. Depois, viera-lhe a ideia de juntar a mercearia um negócio de vinho, e alugar a loja ao lado para estabelecer uma taberna-restaurante, onde faziam rios de dinheiro. As fábricas vinham, sobretudo o Abismo, consumiam uma quantidade de álcool espantosa. Operários, num desfilir ininterrupto, não cessavam de entrar e sair, principalmente aos sábados de férias. Muitos demoravam-se, comiam lá, só saíam a cair de bebados. Estava ali o veneno, era ali o antro venenoso onde os mais fortes deixavam a inteligência e a energia.

A Lucas veio-lhe logo a ideia de entrar, para saber o que lá dentro se passava, e nada mais simples, era jantar ali, já que tinha de jantar fora. Quantas vezes, em Paris, a sua paixão em conhecer o povo, de penetrar no mais profundo de todas as suas misérias e de todos os seus sofrimentos, o tinha feito entrar e passar horas e horas nas peores espeluncas.

Tranquilamente, Lucas instalou-se a uma das pequenas mesas, perto do vasto balcão coberto de estanho. A sala era grande, uma dúzia de operários consumiam de pé, enquanto outros abanecados, bebiam, gritavam, jogavam as cartas, na espessa fumaceira dos cachimbos, em que as luzes dos bicos do gaz não eram mais que sinais vermelhos.

(Continua)

Relatório do Comité Confederal da C. G. T.

ao aconchego dos lares e das famílias, não tendo sido possível que todos obtivessem a libertação em virtude dos acontecimentos da «noite trágica» e de várias complicações de carácter político.

Congressos corporativos

A C. G. T. acompanhou sempre os trabalhos de todos os congressos corporativos até esta data.

Teve representação directa nos congressos dos Empregados de Comércio de Santarém, Setembro de 1919, e de Vizeu, Setembro de 1921; no Congresso dos Trabalhadores Rurais de Beja, em Março de 1920; no Congresso dos Operários Corticeiros de Lisboa, em Agosto de 1920; no Congresso dos Operários Metalúrgicos, de Tomar, em Abril de 1921; no Congresso dos Ferrovieiros de Lisboa, em Junho do corrente; no Congresso dos Marítimos, de Leixões, e no Congresso dos Operários da Construção Civil de Castelo Branco, em Setembro do corrente.

Conferência Inter-sindical do Porto

Como consequência da organização inter-sindical da C. G. T. a U. S. O. do Porto, promoveu naquela cidade, em Fevereiro de 1921, uma conferência com o fim de acentuar a organização local e o espírito revolucionário às fábricas e oficinas, dentro do espírito das bases da organização inter-sindical.

Nessa Conferência tomaram parte as direcções dos sindicatos, os delegados da U. S. O., e os militantes revolucionários sem distinção de posições sociais nem de tendências, tendo-se feito também representar a C. G. T.

Do que se discutiu e apreciou nessa conferência achamos desnecessário e superfluo referir de novo, visto que o seu largo relato foi na devida altura publicado nos números de A Batalha, dos dias 2, 3, 4, 6 e 7 de Fevereiro de 1921, bastando-nos tam só afirmar que essa assembleia constituiu um acontecimento de valor para a vida sindical e revolucionária local, posto que largamente se debateram ideias e pontos de vista dos mais importantes para a obra de emancipação.

Uma questão ficou ali posta sobre a qual este congresso se deveria pronunciar e que é a seguinte: qual a situação das classes liberais perante o sindicalismo? Esta questão, posta naquela Conferência, não poderia ter uma solução apesar de ter sido presente o seguinte documento:

«Definida a situação das chamadas classes liberais, através do desenvolvimento histórico, político e social, em face do Estado burguês centralizador e absorvente de todas as iniciativas, resta a assembleia discutir: 1.º — E' possível ingressarem na organização, excluída, conforme a essência do seu estatuto fundamental, a acção política, para só se objectivar a acção económica? 2.º — Como concretizar essa acção? 3.º Até que ponto e em que extensão há de actuar?»

Então ficou deliberado que essa questão fosse estudada para ser presente ao Congresso. Crêmos não ser isso necessário visto existir uma tese de carácter geral que abrange essa importante questão.

Conclusão

Eis-nos chegados ao final do nosso relatório. Como deveis ter notado, não relatamos todos os factos em que a C. G. T. interveio, ou promoveu. E' que há factos que são da vida corrente. E nós entendemos ser do nosso dever salientá-los que são reputados mais importantes e que constituem a essência de toda a vida confederal.

Entendemos que a C. G. T., como toda a organização sindical, tem uma vida de correlação que estabelece a sua continuidade — a vida que parte do incompreensível para o compreensível, do imperfeito para o mais perfeito, do que é obscuro para o que tem clareza, prosseguindo-se sempre no terreno das experiências, ratificando-se sempre dentro da visão do futuro e olhando sempre para que mais interesse à libertação e emancipação dos trabalhadores.

Se a C. G. T. cumpriu ou não com o seu dever, dentro do que era possível, dirá agora o Congresso.

Deste relatório resultam questões sobre as quais o Congresso terá que pronunciar-se. Muito embora não fiquem aqui consignadas, elas serão, em forma de questionário, presentes ao Congresso, para que sobre as mesmas possa pronunciar-se.

Lisboa, 1 de Outubro de 1922.

João Humberto Matias, secretário adjunto
Armando Martins, secretário administrativo
João de Sousa, tesoureiro
Alfredo Lopes, vogal
Manuel Joaquim de Sousa, secretário geral.

U. S. O.

Reuniu ontem a Comissão Administrativa que apreciou diversos assuntos referentes ao 3.º Congresso Nacional Operário, resolvendo que interinamente fique exercendo o cargo de secretário geral, enquanto durar o Congresso, o camarada Eduardo Jorge, secretário adjunto deste organismo.

A comissão administrativa reúne na terça-feira próxima.

Pró-despeza com o último movimento geral

Mais quantias recebidas: Transporte, 624\$62. Guilherme Pedrozo, fabricante de calçado, 1\$00; Aureliano, carpinteiro, 1\$00; Amílcar Tomaz, construtor de cimento armado, 2\$50; José Martinho dos Santos, pedreiro, 1\$00; Cesar Tibério, empregado da moagem, 5\$00; Alfredo Pereira Vaz, operário do município, 1\$00; Pedro de Mendonça, alfaiate, 1\$00; Francisco da Silva, empregado da Carris de Ferro, 1\$00; Miguel Nunes, empregado da Carris de Ferro, 1\$00; João Pinaças, empregado da Carris de Ferro, 1\$00; Luís Correla, pintor, 1\$00;

António Alves, preguiheiro mecânico, 5\$00; Francisco Filipe, marítimo, 1\$00; António Alves Pires, estuador, 1\$00; Casimiro Proença, metalúrgico, 5\$00; Francisco dos Santos, polidor, 1\$00; um grupo de 8 gráficos da Casa Palhares, 8\$00; Luís Jacinto, pedreiro, 1\$50; Manuel Roque, servente, 1\$00; José António Gomes Máximo, metalúrgico, 1\$00; Domingos Antunes, pedreiro, 1\$00; João Ferreira, metalúrgico, 1\$00; Tomás Simões, metalúrgico, 1\$00; José dos Santos, 1\$50; Alexandre, Francisco, 1\$50; Isaac da Cruz, 1\$50; quité aberta na oficina sindical gráfica, 7\$00; João França, pedreiro, 1\$00; Tito Miguel Santana Casais, carpinteiro, 1\$00; José Geraldes, mobiliário, 1\$00; José Fagundes, mobiliário, 1\$00; Abel Campos, mobiliário, 1\$00.

TEATRO MARIA VITÓRIA

Hoje — Em duas sessões

A's 8, 5, 4 e 10, 5, 4

Festa artística dos actores Mouchet e Matos

UM ACTO DE VARIEDADES

por Elvira Costa, Filomena Lima, Vasco Santana, Artur Duarte e Jorge Rolão

FOX-TROT, por Amélia Perry

PENULTIMA REPRESENTAÇÃO

da espirologia e deslumbração

com todas as atracções e novidades

Amãhã, em recita extraordinária

1.ª Festa Artística da actriz Margarida Martins — Atracções e surpresas

Uma sinfonia de Alves Coelho sobre motivos de «Fados da Maria Vitória»

A Revista LUA NOVA

Amãhã, em recita extraordinária

1.ª Festa Artística da actriz Margarida Martins — Atracções e surpresas

Uma sinfonia de Alves Coelho sobre motivos de «Fados da Maria Vitória»

A Revista LUA NOVA

Amãhã, em recita extraordinária

1.ª Festa Artística da actriz Margarida Martins — Atracções e surpresas

Uma sinfonia de Alves Coelho sobre motivos de «Fados da Maria Vitória»

A Revista LUA NOVA

Amãhã, em recita extraordinária

1.ª Festa Artística da actriz Margarida Martins — Atracções e surpresas

Uma sinfonia de Alves Coelho sobre motivos de «Fados da Maria Vitória»

A Revista LUA NOVA

Amãhã, em recita extraordinária

1.ª Festa Artística da actriz Margarida Martins — Atracções e surpresas

Uma sinfonia de Alves Coelho sobre motivos de «Fados da Maria Vitória»

A Revista LUA NOVA

Amãhã, em recita extraordinária

1.ª Festa Artística da actriz Margarida Martins — Atracções e surpresas

Uma sinfonia de Alves Coelho sobre motivos de «Fados da Maria Vitória»

A Revista LUA NOVA

Amãhã, em recita extraordinária

1.ª Festa Artística da actriz Margarida Martins — Atracções e surpresas

Uma sinfonia de Alves Coelho sobre motivos de «Fados da Maria Vitória»

A Revista LUA NOVA

Amãhã, em recita extraordinária

1.ª Festa Artística da actriz Margarida Martins — Atracções e surpresas

Uma sinfonia de Alves Coelho sobre motivos de «Fados da Maria Vitória»

A Revista LUA NOVA

Amãhã, em recita extraordinária

1.ª Festa Artística da actriz Margarida Martins — Atracções e surpresas

Uma sinfonia de Alves Coelho sobre motivos de «Fados da Maria Vitória»

A Revista LUA NOVA

Amãhã, em recita extraordinária

1.ª Festa Artística da actriz Margarida Martins — Atracções e surpresas

Uma sinfonia de Alves Coelho sobre motivos de «Fados da Maria Vitória»

A Revista LUA NOVA

Amãhã, em recita extraordinária

1.ª Festa Artística da actriz Margarida Martins — Atracções e surpresas

Uma sinfonia de Alves Coelho sobre motivos de «Fados da Maria Vitória»

A Revista LUA NOVA

Amãhã, em recita extraordinária

1.ª Festa Artística da actriz Margarida Martins — Atracções e surpresas

Uma sinfonia de Alves Coelho sobre motivos de «Fados da Maria Vitória»

A Revista LUA NOVA

Amãhã, em recita extraordinária

1.ª Festa Artística da actriz Margarida Martins — Atracções e surpresas

Uma sinfonia de Alves Coelho sobre motivos de «Fados da Maria Vitória»

A Revista LUA NOVA

Vida Sindical

COMUNICAÇÕES

Federação Marítima — Na reunião de ontem foi apreciado um ofício dos camaradas Estivadores do Porto de Lisboa e Descarregadores de Mar e Terra, referente à casa Abecassis, sendo resolvido oficiar à referida firma convidando-a a entrevistar-se com a Federação.

Resolvido igualmente contribuir com 50\$00 para a comissão organizadora do Congresso Operário Nacional e últimos os seus trabalhos referentes ao mesmo Congresso.

Empregados de Hotéis e Restaurantes — Reuniu e comissão de reclamações e protesto contra a gorjeta, nomeada na última assembleia geral, tendo resolvido enviar uma circular a todos os estabelecimentos da indústria, bem como à Associação de Classe dos Proprietários de Hotéis, dando-lhe conta das resoluções da classe.

Esta comissão encontra-se satisfeita com o entusiasmo que despertou na classe perante esta resolução e constata o aplauso da imprensa e do público, aplauso com que se congratula.

Pessoal Menor dos Correios e Telégrafos — Sob a presidência de Santos Vieira reuniu ontem em assembleia magna o Pessoal Menor dos Correios e Telégrafos para se pronunciar sobre o 3.º Congresso Operário Nacional, preenchimento da vaga deixada pela demissão do secretário geral e também sobre a atitude que a classe deve tomar acerca da iniquidade do último decreto das subvenções.

Foi resolvido confiar no delegado Agostinho da Silva para salvaguardar o prestígio moral e sindical da classe, nomear o mesmo camarada para o cargo de secretário geral e nomear também uma comissão de sete membros encarregada de apresentar aos poderes constituídos as reclamações da classe contra o decreto das subvenções que deixou no mesmo estado de miséria as classes menos categorizadas do Estado.

A comissão ficou constituída pelos seguintes camaradas: Manuel M. Pimenta, David Luis Amaro, Francisco Assis, António Santos Vieira, Manuel Alexandre Gonçalves, Vitor Sousa Vital e António Brás.

Jardineiros — Reuniu em assembleia geral tendo deliberado reclamar da câmara o pagamento a dobrar das subvenções nos trabalhos que sejam executados ao domingo. Foi nomeada uma comissão de melhoramentos que ficou constituída pelos seguintes camaradas: José Joaquim António, José de Almeida Rebelo, José Marques, José Rodrigues Severino, Francisco da Silva Pinheiro, Luís Gonçalves e António da Silva.

Fabricantes de Armas — Reuniu em assembleia geral, com desusada concorrencia, tendo aprovado unanimemente os trabalhos e teses da Comissão Organizadora do Congresso. Foi repovoad a tese sobre os sindicatos únicos, que foram considerados inequívocos e contra-productos. Apreciaram os trabalhos da comissão.

Classes que reclamam

Litógrafos e anexos

Reúnem hoje, às 10 horas, em sessão magna para apreciar as respostas dos industriais às reclamações de aumento de salários.

Mecânicos de açúcar

Em assembleia geral realizada para assentar no pedido de aumento a fazer aos industriais, foi resolvido reclamar um aumento de 3\$00 para todos os componentes da classe, e nomeada uma comissão composta dos camaradas Francisco Garcia, Augustos Marques da Silva e David da Conceição Ribeiro, que ficou encarregada de tratar dessa reclamação junto dos patrões.

Foi igualmente aprovado o auxílio de 20\$00 para o Congresso Operário Nacional.

Ferrovieiros da C. P.

A comissão de melhoramentos do Sindicato Ferrovieiro, deve avistar-se hoje com o ministro interno do comércio, para tratar das reclamações da classe.

Esta comissão continua recebendo numerosos expedientes de todo o pessoal da linha, que se encontra excitada pela forma como a Companhia procedeu para com ele, sendo grande o trabalho da comissão para manter o pessoal em atitude calma.

CONVOCAÇÕES

Federação do Calçado, Couros e Peles. — Reúne hoje, às 20 horas, o conselho federal, para tratar de assuntos de carácter indissolúvel.

SINDICATOS

DA PROVÍNCIA

Federação dos Trabalhadores Rurais. — Comissão Administrativa. — Reuniu esta comissão no dia 26 do corrente para tratar de assuntos relativos à organização rural e próximo Congresso Nacional. Foi apreciado vários expedientes ao qual se deu o despacho necessário. Foi também apreciada a falta de mandar delegado à Boa-Fé em vista do mesmo se encontrar doente, notificando à Federação não poder enviar delegado àquela localidade, devido a quando recebeu comunicação nesse sentido, não poder nomear outro delegado para o substituir.

Sindicato da Construção Civil da Amadora. — Reuniu em assembleia geral, com a presença de delegados da Federação, João Caldeira, Assis e Acélio Santos que pronunciaram vibrantes discursos sobre a organização operária.

Foi nomeada a comissão administrativa para substituir a actual direcção que será chamada à responsabilidade na próxima assembleia geral.

Corticeiros de Évora. — Reuniu esta classe em assembleia geral para apreciar um ofício da Federação Corticeira. Deliberou dar todo o seu apoio às resoluções da Federação e cumprir o horário das 8 horas de trabalho integralmente, protestando contra a oferta feita pelos industriais da Secção de Cortiça, da A. L. P. e contra o procedimento dos industriais de Évora por não terem respondido a um ofício a eles enviado em 14 do corrente.

Lisboa na rua

Rendimentos dos operários

Ontem, em Paço de Arcos, o trabalhador Joaquim António da Silva, residente na travessa dos Remédios, 5, caiu da carroça que guiava e foi colhido pelo rodado, do que resultou ter morrido instantaneamente. Depois das formalidades legais, recolheu o cadáver ao Instituto de Medicina Legal.

Desastre

Na enfermaria de Sousa Martins do hospital de S. José, deu ontem entrada Francisco Maria, de 50 anos, carroceiro, natural de Tondela e residente na Visconde Valmor, pálio José Maria Casaca, 12, que, no Campo Grande foi colhido por um casco de vinho, ficando contuso no corpo.

ACABA DE APARECER

CONFERENCIA

(Sobre o movimento sindicalista e revolucionário Internacional)

Feita em Lisboa por JESUS IBANEZ (delegado da Internacional Sindical Vermelha).

1 folheto de 16 páginas revisto e anotado pelo conferente, 3\$00.

(O produto da venda reverte a favor dos famintos russos).

TEATROS & CINEMAS

Festas artísticas

Hoje as duas sessões do teatro Maria Vitória são em festa artística dos espirologos actores Mouchet e Octávio Matos e em vista dos numerosos atractivos dos espectáculos começando estes às 20, 45 e às 22, 45.

Alem da impagável revista Lua Nova, em penultima representação com todas as atracções e novidades, haverá um acto de variedades por Elvira Costa, Filomena Lima, Vasco Santana, Artur Duarte e Jorge Rolão, dançando Amélia Perry com Octávio Matos um gracioso «fox-trot».

Amãhã, também no teatro Maria Vitória, realiza a sua 1.ª festa artística e gentil actriz Margarida Martins.

E' esplêndido o programa das duas sessões, que inclui a estreia duma sinfonia de Alves Coelho sobre motivos de fados de Maria Vitória e a revista Lua Nova.

Notícias

A empresa Cinema Olimpia atendeu a pedidos que lhe tem sido feitos e no intuito de conseguir que todas as pessoas possam ver o tam belo quadro artístico «Impéria», durante mais dois ou três dias em matine e soirée, resolveu exhibi-lo no teatro da Olimpia ainda estes dias.

E' que o film «Impéria» tem a par de um sub-entredo um magistral desempenho por parte de todos os artistas.

Inaugura hoje, no teatro Avenida, a temporada de inverno, a Companhia Cremida-Chaby em primeira recita de assinatura com a comédia dos escritores portugueses Arnaldo Leite e Carvalho Barbosa. Cama, Mesa e Roupa Lavada, reaparecendo Chaby Pinheiro.

Reúne-se amãhã, sábado, no Apollo, a «primeira» da fantasia, género revista, Cigarro Brêjeiro, da autoria de Ascensão Barbosa e Abreu e Sousa, música de Alves Coelho e Bernardo Ferreira.

Cigarro brêjeiro tem 2 actos e 17 quadros, e apresenta-se com cenários novos, executados expressamente por alguns dos nossos principais artistas, e com um guarda-roupa também feito de propósito, e sob a direcção de Jaime Valverde, o famoso costumier português.

Para as primeiras recitas do Cigarro brêjeiro têm havido uma enorme procura de bilhetes.

Continua aberta a assinatura no Politeama para a próxima época de inverno, para 7 recitas com 7 peças novas.

Reclames

A comédia Cantela com a Fernanda, foi posta em scena no Politeama, com verdadeira oportunidade. E' uma verdadeira fábrica de gargalhadas e toda a companhia Rey Colaço-Robles Monteiro lhe dá um desempenho esplêndido. Ambos estes factores concorrem para as magníficas casas que tem obtido. Hoje repete-se.

Hoje, em festa de homenagem ao popular e aplaudidíssimo actor Carlos Leal, realiza-se no Coliseu mais uma representação, em duas sessões, da magnífica revista Tic-Tac, que, amplificada com novos e engraçados números, tem obtido o mais extraordinário sucesso, levando àquela casa de espectáculo muitas dezenas de pessoas apesar de só há dias ter feito a sua reapreção.

Para os espectadores de hoje há vários e engraçados números escritos expressamente para o homenageado e com o intuito de conservar a assistência em constante gargalhada, devendo Carlos Leal ter mais uma demonstração de quanto é grande o apreço em que o público tem o seu talento e as suas magníficas qualidades de trabalho.

Interessante a psicologia daquelle Bibi que Dario Nicodemi criou na farça representada todas as noites no Teatro Foz. A Bibi abandona-se à moda; o insólito, os nervos são mais fortes do que ela, vencem-na. A luta travada entre a sua alma e os sentidos é tremenda e estes levam-na a fazer o que não quer, o que lhe repugna mesmo, mas os nervos mais fortes arrastam-na. Este personagem está desenhado a primor, pela actriz Beatriz de Almeida.

Hoje e amãhã só, irrevogavelmente, no teatro S. Luís, as últimas representações da incomparável espirologia e deslumbração fantástica A Revista de Praxedes, portanto, que ainda não viu a admirável peça, e deixar perder estas duas derradeiras recitas, ficará sem ter apreciado uma peça na qual se não recorre a situações extremas, para fazer rir, e cujos méritos são realçados por um ótimo desempenho, linda música, aparatosa encenação, e apresentação verdadeiramente deslumbrante, no que se refere a cenários e guarda-roupa.

Teatro Salão Foz

Empresa ARTUR ENAUZ

Telefone 4354 Norte

HOJE, às 21,30 (9,30)

O grande

Um pouco de tudo para todos

CALENDÁRIO DE SETEMBRO

D.	3	10	17	24	HOJE < SOL
S.	4	11	18	25	Aparece às 6,30
T.	5	12	19	26	Desaparece às 18,24
Q.	6	13	20	27	
Q.	7	14	21	28	
S.	8	15	22	29	
S.	9	16	23	30	

CARTAZ

POLITEAMA—A's 21,30—«Cuidado com a Ferradura».

EDEN TEATRO—A's 21—«As duas garotas de Paris».

TEATRO FOZ—A's 21—«Sou ou não sou».

S. LUIS—A's 21,30—«A revista de Pradinos».

APOLLO—A's 21,30—«Belo Sexo».

COLISEU—A's 21,30—«Tic-Tac».

MARIA VITORIA (Feira Mayer)—A's 21 e 22,30—«Luz nova».

CIRCO ROYAL—A's 20,30 e 22,30—«Circos e Variedades».

GIL VICENTE—A's 21—«Miss Olga»—Espectáculos aos domingos, segundas e quintas-feiras.

CHIADO TERRASSE—A's 2 7,30—«Animação».

OLIMPIA—Animação.

CONDOS (Avenida)—Animação.

CENTRAL—Animação.

ROSSIO (Arco da Bandeira)—Animação.

CHATELIER (Avenida)—Animação.

IDEAL (Loriot)—Animação.

EXCELSIOR (Teatro dos Anjos)—Espectáculos cinematográficos, às 20,30.

PROMOTORA (ao Calvário)—Animação.

EXPOSIÇÕES E MUSEUS

ANTROPOLÓGICO E GALERIA DE GEOGRAFIA—Rua do Arco a Jesus—Todos os dias úteis, das 10 às 18, com licença.

AQUÁRIO VASCO DA GAMA—D. João—Todos os dias, das 10 às 18, com licença.

ARQUEOLÓGICO—Largo do Carmo—Todos os dias, das 10 às 18, com licença.

ARTILHARIA—Largo do Museu de Artilharia—Todos os dias úteis, das 10 às 18.

COLONIAL E ETNOGRÁFICO—Rua Eugénio dos Santos—Aos domingos, das 10 às 18.

ETNOGRÁFICO PORTUGUÊS—Edifício dos Jerónimos, Belem—Todos os dias úteis, das 12 às 18.

GEOGRÁFICO—Rua do Arco a Jesus, na Academia das Ciências, 2.º pavimento.

JARDIM ZOOLÓGICO—Exposição permanente.

JOSE VICENTE BARBOSA DU BOIS—Escola Politécnica—Quintas feiras das 12 às 18.

MISERICÓRDIA—Largo de Trindade Coelho—Último domingo do mês, às 15,30.

NACIONAL AGRÍCOLA—Tapada da Ajuda.

NACIONAL DE ARTE ANTIGA—Rua das Janetas Verdes.

NACIONAL DE COCHES—Praça Afonso de Albuquerque—Todos os dias úteis, das 12 às 18.

NACIONAL DE MARINHA—Largo do Calhariz, 29—Aos domingos e feriados, A's segundas, 3.º centavos.

HORARIO DA LINHA DE CASCAIS

Partidas de Lisboa	Chegadas Cascais	Partidas de Cascais	Chegadas Lisboa
0,45-c	1,38	0,15-f	1,03
7,20-d	8,26	5,55-c	7,01
8,45-c	9,46	7,20-f	8,26
10,30-d	10,41	8,25-c	9,31
12,50-a,d	13,31	9,41-f	10,40
13,00-c	14,01	10,10-c	10,51
14,00-a	15,03	11,15-h	12,12
16,00	17,02	12,40-f	13,39
17,20-d	18,01	14,30-h	15,27
17,30-b,i	18,36	16,00	17,06
18,15-e	19,12	17,40-b,g	18,21
18,50-b,d	19,31	18,20-f,i	19,19
19,00-i	20,06	19,00-a,f	19,59
19,40-i	20,45	19,44-f,i	20,43
21,10-c	22,03	22,30-f	23,23
23,10-c	00,03	—	—

a. Só aos domingos e feriados. — b. Só nos dias úteis. — c. Directo até Alges. — d. Directo até S. J. Estoril. — e. Directo até C. Quebrada. — f. Directo desde Alges. — g. Directo desde S. J. Estoril. — h. Directo desde C. Quebrada. — i. Combos em que são válidos os bilhetes de 3.ª classe, mensais e semanais, para operários e trabalhadores.

Conselhos, Fórmulas, Receitas, etc.

COZINHA E COPA

Petisco de Ramalho Ortigão. — Ramalho Ortigão, o intrépido lutador que escreveu «Farpas» e que se afirmou na nossa literatura um dos mais brilhantes talentos da geração contemporânea, dá uma receita muito interessante às donas de casa para usarem na sua faina culinária. Não julgemos que Ramalho Ortigão entra com altas filosofias para justificar o interesse que no meio da sua laboriosa e bela vida nas letras, lhe inspiram as receitas culinárias. É muito simplesmente que ele indica um processo para frigar batatas, de forma a ficarem muito saborosas e poderem ser servidas em qualquer alimentação. Fala Ramalho Ortigão:

Descasque as batatas cruas e partem-se em fatias de meio dedo de grossura.

Sobre um lume muito brande põe-se uma frigideira, lança-se-lhe um bocado de manteiga e vão-se alourando pouco a pouco as rodélas.

Depois de meio fritas, retiram-se do lume e põe-se à janelá ao ar. Terminado este serviço torna-se a pôr a frigideira com um grande pedaço de manteiga sobre um lume forte.

Logo que a manteiga está derretida e começa a saltar em bolhas de fervura, lançam-se-lhe outra vez as batatas que a esse tempo devem estar já frias.

As batatas assim alouradas na manteiga a ferver, empolam e cada uma das rodélas toma logo uma forma esférica. É admirável o resultado deste processo.

Massapão de côco. — Um côco ralado, meio quilo de farinha de trigo, seis ovos (sendo só dois com clara), uma colher de água de flor de laranjeira. Bate-se tudo e depois junta-se 900 gr. de açúcar em ponto de pasta, mexendo-se à proporção que se adiciona a calda, ajunte-se depois uns 100 gramas de manteiga e uma colher de banha e leve-se ao forno bem quente em forminhas untadas de manteiga.

CAMBIOS

Países	Moe- das	Do par	Comp. Venda
Alemanha	Marcos	433	4018
Austria	Corões	13,11	—
Belgica...	Francos	117,8	1842
Espanha...	Pesetas	167,8	34735
E. U. A...	Dólares	893,4	24844
Francia...	Francos	117,8	1842
Holanda...	Florins	27,3	9165
Inglaterra	Libras	483,0	118400
Italia...	Liras	117,8	1842
Suica...	Francos	117,8	1842

MOVIMENTO MARÍTIMO

Vapores e destinos	Dias
Dorro, Rio de Janeiro, Santos e Buenos Aires...	30
Hildebrand, Madeira, Pará e Manaus...	30
Amiral Sallandrouze de Lamornaix, portos do Brasil e Buenos Aires...	30
Mocambique, Funchal, S. Tomé, Loanda, Ambrizete, Quinza, Quilanga, Boma, Nogu, Matadi, Luanda, Mucila e Massarra) com transbordo em Loanda, Lobito, Baía dos Tigres e Porto Alexandre...	1
Orana, Las Palmas, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Santos, Montevideo e Buenos Aires...	2
Cian Macmaster, portos da África Oriental portuguesa...	3
Urundi, Tenerife, Las Palmas, Cidade do Cabo, Port Elisabeth, East London, Natal, e Lourenço Marques...	4
Irmgard, África Oriental...	4
Sabor, portos do Brasil...	8
Usaramo, Rotterdam e Hamburgo...	8
Cap Norte, Pernambuco, Baía Rio de Janeiro, e Santos...	8
Ortega, Rio de Janeiro, Santos, Montevideo, Buenos Aires e portos do Pacífico...	18

CARREIRAS DE VAPORES NO TEJO

De Lisboa (C. Sodré) para Cascais, às 6,30, 7,40, 8,30, 9,20, 10,10, 11,00, 12,00, 13,00, 14,00, 15,00, 16,00, 17,00, 18,00, 19,00. Aos sábados, domingos e feriados, mais um a 20,30.

De Cascais para Lisboa, às 6,30, 7,15, 8,05, 8,55, 9,45, 10,35, 11,25, 12,15, 13,05, 14,00, 15,00, 16,00, 17,00, 18,00, 19,00. Aos sábados, domingos e feriados, mais um a 20,30.

De Lisboa (C. Sodré) para o Seixal, às 8,30, 10,30, 12,30, 14,30, 16,30.

Do Seixal para Lisboa, às 6,30, 9,00, 12,30, 16,30.

De Lisboa (T. Paço) para o Barreiro, às 6,30, 8,00, 9,00, 10,00, 11,00, 12,00, 13,00, 14,00, 15,00, 16,00, 17,00, 18,00, 19,00.

Do Barreiro para Lisboa, às 6,30, 8,00, 9,00, 10,00, 11,00, 12,00, 13,00, 14,00, 15,00, 16,00, 17,00, 18,00, 19,00.

(a) Não se efectua aos domingos e dias feriados. (b) Só se efectua aos domingos, segundas e dias de feriado nacional e dias seguintes a esses feriados. (c) Só se efectua aos domingos e dias de feriado nacional.

MARÉS DE HOJE

Próximo às 9,34 e às 22,19

Baixamar às 2,21 e às 15,04

HORARIO DA LINHA DE SINTRA

Partidas de Lisboa	Chegadas Sintra	Partidas de Sintra	Chegadas Lisboa
0,35	1,39	0,12	1,09
6,10	7,19	6,15	7,14
7,45-a	8,16	7,45	8,33
8,50-a	9,30	8,32	9,20
9,10-b	10,22	8,40-f	9,11
10,10	11,21	9,51	10,25
11,27-b	12,39	9,40-c,f	10,10
12,15-b	12,51	9,51	10,25
12,50-c	13,59	12,00	13,02
14,00-b,d	15,09	13,35-e	16,34
15,30-c	16,36	17,01	18,00
17,30-a,e	18,00	18,10-e,f	18,32
18,00-c	18,51	18,25-b	19,24
18,15-a,e	18,46	18,56-e,f	19,24
18,15-b	19,19	19,32	20,30
18,58-e	19,53	21,02-b	21,59
19,30-e	20,06	22,40	23,38
19,55	21,02	—	—
21,00-b	22,04	—	—
22,47	23,50	—	—

a. Só até Queluz. — b. Só aos domingos e feriados. — c. Não há aos sábados. — d. Só aos sábados. — e. Só nos dias úteis. — f. Só de Queluz.

VULGARIZAÇÕES

A sopa através da história. — A palavra *sopa* deriva do sânscrito *sapa*, caldo, molho, ou antes da palavra *sapa*, cura, cozimento, fazeiro de sopa. Um filólogo alemão faz derivar o vocábulo da antiquada palavra *sapfen*, que exprime a acção de ferver qualquer coisa. Os suecos chamam *sod* a um alimento líquido e fervido que deve tomar-se com colher.

Os hebreus durante o tempo que permaneceram no Egipto «punham a panela ao lume». Gedeão — diz até a Bíblia — pegou num cabrito, meteu a carne numa panela e fez caldo.

Os israelitas coziam a carne dos animais novos com leite, em cacerolas, marmittas ou púcaros. Igual costume tiveram todos os semitas.

Conta Herodoto que no ano 430, antes da era cristã, os scitas que habitavam as margens do mar Negro «possuam marmittas de que se serviam para cozer os alimentos».

Pelo contrário, na época da guerra de Troia, os gregos serviam-se da carne assada, e de Aspúcia se diz que gostava de sopa preparada com caldo de cordeiro e de frango.

A propósito dos succulentos banquetes que um rei da Trácia, chamado Khotis, ofereceu aos seus subditos, por ocasião do casamento de uma sua filha, conta-se também que se viram na praça pública ferver numerosas caldeiras cheias de um líquido a ferver. Este rei primitivo quis tornar-se popular e, cingindo o clássico avelal com que se adornam os cozinheiros, distribuiu naquela ocasião aos seus vassallos, empunhando uma concha de ouro, a aludida sopa. O famoso *caldo negro* dos espartanos, não era mais do que uma sopa composta de carne de javali, cozida com o sangue do animal e temperada com sal e vinagre.

(Continua)

Quereis o vosso relógio concertado com garantia e por preço módico? Levae-o ao

33 de S.º André
actualmente
Largo Rodrigues de Freitas, 33
(em frente do chafariz)
OFICINA DE RELOJOEIRO
E OUVRES
DE
ALVES D'ANDRADE, L.º da

CALÇADO

GRANDE LIQUIDAÇÃO
em todos os calçados existentes na
Sapataria do Calhariz

Além dos tipos que a seguir citamos, enorme variedade saldamos, vendendo tudo com grandes abatimentos, não obstante as últimas subidas motivadas pela dose ropegrávia.

A 8\$80
GRANDE lote de sapatos de lona para senhora, cujo actual valor é 15\$50.

A 15\$00
GRANDE lote de sapatos em vitela preta, cujo valor actual é 16\$80, pois só o feitiço custa 7\$00.

A 35\$00
BOTAS de calf de cor, com 1 sola, que em toda a parte se vendem a 40\$00 e mais.

A 20\$00
BOTAS de cor e pretas cujo valor real é de 28\$00, na grande liquidação da Sapataria do Calhariz.

A 27\$50
GRANDE lote de botas em superior calf preto, cujo valor é 38\$00.

A 23\$50
UM lote de botas em calf preto, 1 sola, para homem; um dito em 2 solas.

A 19\$50
SAPATOS de pelica bronzeada, cujo valor é 36\$00.

A 17\$50
UM grande lote de sapatos em verniz preto, com salto Luis XV; outro em calf amarelo, cujo valor é 28\$00.

SANDALIAS
GRANDE SORTIMENTO com grandes diferenças de preços.

Para futebol
Vendemos todos estes calçados — 30 a 40 % mais barato —

Grande sortimento em calçados caseiros, chinelos de quarto, moccasins, calçados das mais recentes novidades para homens, senhoras e crianças, que tudo se vende com grandes diferenças de preços.

Sapataria do Calhariz
Largo do Calhariz, 33

AS

Hostias Peruvianas
São de grande utilidade na cura das febres intericticas, porque não deprimindo o organismo são tónicas e anti-febriífugas por excelência

Depósito geral
FARMACIA CASTRO, SUCESSOR
Rua de S. Bento
199-199, A
LISBOA

Francês sem mestre em 3 meses

por M. GONÇALVES PEREIRA

Ao alcance de todas as inteligências e de todas as idades.

Pronúncia figurada em sons da lingua portuguesa, gramática, conversação e correspondência.

PREÇO 10\$00

Pelo correio 10\$50

Pedidos à administração de A BATALHA

OPERARIOS, ECONOMISAI!!!
Comprando o vosso calçado e mandando fazer os vossos concertos na Sapataria Operária, na Rua do Benfornoso, 186. E' o que faz preços de camarada!

PIC-PIC
Doença da pele
Cura-se com poucos dias com o específico da Farmácia Simões
PREÇO 4\$00 — PELO CORREIO 4\$30
RUA INFANTE D. HENRIQUE, 54 (VULGO S. TOMÉ)

Nicolau Gomes Correia

ACABA DE RECEBER um grande sortido de cheviotes género inglez, estambres, casimiras e alpaca. Um enorme stock de casacos de alpaca já confeccionados, assim como gabardines, para senhora, e casacos. Um grande stock de kakis. ***** PREÇOS SEM COMPETENCIA *****
R. dos Fanqueiros, 255

Livraria Renascença
J. CARDOSO, L.º — Editores

RUA DOS POIAES DE S. BENTO, 27

Foi inaugurado há dias este estabelecimento, onde se encontram a venda obras literárias, scientificas, sociais, filosoficas, profissionais e artisticas. Em breve sob a direcção de Manuel Ribeiro o autor de «A Catedral» e «O Deserto» se iniciará a publicação de três coleções a tomos, sendo a primeira intitulada *Coleção Autores Célèbres* illustrada, iniciando-se com a grandiosa obra de Victor Hugo *Os Miseráveis*.

A segunda denominada *Germinal* iniciará com a magnifica obra de Kropotkin *O Auxilio Mútuo* trabalho maravilhoso onde é demonstrada a verdadeira solidariedade que existe nos animais irracionais. A terceira intitulada *Renascença* abrirá com *A Pecadora da Galileia*, por René Emery, romance que remonta aos tempos primitivos do Cristianismo e que ao aparecer em França, em poucas semanas se esgotaram trinta edições. Outras publicações em separado se editarão de maneira a educar e instruir a classe trabalhadora.

Também tem montada uma secção de artigos de escritório e escolares fornecendo todos os objectos e artigos para o funcionamento de qualquer organismo.

Fornecemos carimbos de borracha e de metal, cartões de visita e de identidade, encadernados e todos os trabalhos tipográficos.

Fornecemos bibliotecas e procura de livros raros, assim como a compra e venda de livros usados.

Todos os artigos são vendidos aos preços mais baixos do mercado não recuando concorrência.

A nossa divisa será *Honestidade e audácia para vencer*, esperando que o publico e todos os camaradas e amigos façam uma visita ao nosso estabelecimento o que agradecemos.

Belsaúde VITERI

Cigarrilhas medicinas ultra-elegantes
Cura rapidamente

Catarrhos, defluxos, laryngites, bronquites, tosse, pigarro, rouquidão, e apressam a cura de todas as doenças da boca, garganta, ouvidos, nariz, olhos, bronquios e pulmões.

1.º Desinfecta profundamente as vias respiratórias, constituindo o mais pratico dos inhaladores;

2.º É usado pelas senhoras mais finas porque perfuma o hálito e evita a carie dentaria e por todas as pessoas que tem de suportar discursos dardidos porque as defende de contágios perigosos;

3.º São usadas pelas pessoas doentes, pelas asthmaticas ou que sofrem de bronquites crónicas, porque limpando o pigarro abre-lhes o appeto e permite-lhes sonos reparadores seguidos;

4.º Limpando o pigarro, combate a rouquidão, alivia a voz e fortalece as cordas vocais; por isso são usadas pelos que cantam ou falam em publico;

O ABUSO SÓ PODE BENEFICIAR

5.º Atenua a acção nociva da nicotina que se deposita nas vias respiratórias dos fumadores e de quem com elles convive, evitando-lhes o cancro e o catarro gastrico;

6.º Desentorpece o cérebro fatigado, activa as faculdades intellectuais, evitando a surdidade cerebral. Usadas por todos os que pensam muito;

7.º Usadas pelos que viajam ou frequentam casas dos doentes, porque o fumo sãna o ambiente e introduz-se em todas as células das vias respiratórias, preservando-as das doenças contagiosas, ta como tuberculose, coqueluche, pneumonia, diptheria, anginas, etc.

Há conveniência em engulir o fumo

PREÇO DAS CIGARRILHAS

Fórmula corrente: 80 centavos — Fórmula n.º 2 (forte) cart. 90 centavos

Fórmula n.º 3 (fortissimo) cart. 1\$00

Depósito dos preparados com selo VITERI:

Vicente Ribeiro & C.ª Suc.ª

Rua dos Fanqueiros, 84, 1.º D.

Aos camaradas da provincia

que desejem adquirir o livro que a comissão organizadora do Congresso acaba de editar «Organização Social Sindicalista» podem fazê-lo enviando a quantia de 2\$20 para lhes ser enviado pelo correio sob registro.

SOCIEDADE «ESTORIL»

Caminhos de Ferro do Cais do Sodré-Castais

AVISO AO PUBLICO

Sobretaxas

A partir de 1 de Outubro de 1922, e com a devida autorização do Governo, a sobretaxa de 250 %, que actualmente incide sobre todas as tarifas, seus adittamentos e Avisos ao Público, é elevada a 400 %.

Continuam provisoriamente excluidas da applicação deste aumento as mercadorias constantes do Aviso ao Público-B 57 de 5 de Janeiro de 1922.

Lisboa, 24 de Setembro de 1922.

O Director da Exploração. — M. Be'o.

Companhia dos Caminhos de Ferro Portuguezes

Sociedade Anonima. — Estatutos de 33 de Novembro de 1891

AVISO AO PUBLICO

Sobretaxas

A partir de 29 de Setembro de 1922 e em harmonia com a autorização do governo concedida pelo decreto 8380 de 22 do corrente, são elevadas a 500 %, as sobretaxas actualmente em vigor nas linhas desta Companhia.

Esta elevação de sobretaxa é extensiva a todas as cobranças feitas ao abrigo das tarifas de transporte em caminho de ferro, de camionagem e de despesas accessórias, seus adittamentos e Avisos ao Público em vigor, com excepção das mercadorias em grande e pequena velocidade a que se refere o Aviso ao Público-A, 43, de 4 de Janeiro de 1922.

Lisboa, 23 de Setembro de 1922.

O Director Geral Companhia, (a) Ferreira de Mesquita

O BRIC A' BRAC DE ALCANTARA